

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO
SOBRE AS CONTAS ANUAIS
DE GOVERNO
- Exercício de 2013 -**

Fortaleza, abril de 2014



Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral

João Alves de Melo

Secretária Adjunta da Controladoria e Ouvidoria Geral

Silvia Helena Correia Vidal

Secretário Executivo

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

Coordenador de Controle Interno Preventivo

Antônio Marconi Lemos da Silva

Orientadora da Célula de Acompanhamento da Gestão

Adriana Oliveira Nogueira

Auditora do Controle Interno

Maria Ivanilza Fernandes de Castro

Missão Institucional

Zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 211

Capítulo I

1. DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO, 213

1.1. Da Transparência e do Controle Social, 213

1.1.1. Do Portal da Transparência, 213

1.1.2. Da Educação Social, 215

1.1.3. Do Sistema Estadual de Acesso à Informação, 216

1.1.4. Da Ouvidoria, 218

1.2. Do Controle Interno Preventivo, 221

1.2.1. Da Nova Forma de Atuação do Controle Interno, 221

1.2.2. Do Novo Processo de Transferência de Recursos, 221

1.2.3. Da Folha de Pagamento, 222

1.2.4. Das Orientações Técnicas, 222

1.2.5. Das Outras Ações de Prevenção e Orientação, 223

1.3. Das Atividades de Auditoria Realizada pela CGE, 224

Capítulo II

2. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS, 226

2.1. Da Alocação de Recursos do PPA - 2012-2015, 226

2.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo, 229

2.2.1. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, 229

2.2.2. Dos Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Orçamento, 230

Capítulo III

3. DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, 252

3.1. Do Resultado Orçamentário, 252

3.2. Das Receitas, 253

3.3. Das Despesas, 254

3.3.1. Das Despesas por Poder e Fonte, 255

3.3.2. Da Despesa por Função, 256

3.3.3. Da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas, 259

3.4. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária, 261

3.4.1. Quociente do Resultado Orçamentário, 261

3.4.2. Quociente da Execução Orçamentária Corrente, 262

3.4.3. Quociente da Execução Orçamentária de Capital, 263

Capítulo IV

4. DA GESTÃO FISCAL, 265

4.1. Do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 265

4.2. Dos Gastos com Saúde, 266

4.3. Das Despesas com Educação, 269

4.3.1. Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, 269



- 4.3.2. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, 272
- 4.4. Das Despesas com Pessoal, 274
- 4.5. Da Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito e Garantias, 277
- 4.6. Das Receitas de Operações de Crédito em relação às Despesas de Capital, 280
- 4.7. Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos, 281
- 4.8. Das Disponibilidades de Caixa, 282
- 4.9. Dos Resultados Nominal e Primário, 283
 - 4.9.1. Do Resultado Primário, 283
 - 4.9.2. Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida), 285
- 4.10. Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado, 286

CONCLUSÃO, 289

APRESENTAÇÃO

A Constituição Estadual no seu art. 68 determina que “a *fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder*” (grifo nosso).

Dando efetividade a esse dispositivo constitucional, a Lei n.º 13.297, de 07.03.2003, criou a Secretaria da Controladoria do Estado do Ceará – SECON e o Decreto n.º 27.583, de 08.10.2004, aprovou o seu regulamento. A Lei n.º 13.875, de 07.02.2007, modificou o modelo de gestão do Poder Executivo, unindo as funções de Controladoria e Ouvidoria Geral, passando a denominar-se Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – SECON. Em 02 de março de 2009, a Lei n.º 14.306 redefiniu as competências do órgão central de controle interno, criando a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE). Por sua vez os Decretos n.º 29.730, de 07 de maio de 2009, e 30.047, de 30 de dezembro de 2009, aprovaram a estrutura e regulamento da CGE, cuja nova missão é zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense. E ainda, a Lei n.º 15.360/2013, de 04 de junho de 2013, alterou os dispositivos da Lei no. 13.875/2007, que dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo.

O artigo 88 da Constituição Estadual prevê como competência privativa do Governador do Estado do Ceará “*prestar, anualmente, à Assembléia Legislativa, dentro de sessenta dias após abertura da sessão legislativa, contas referentes ao exercício anterior*”.

A Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE), n.º 12.509, de 06.12.95, no seu artigo 42, estabelece que as Contas do Governo consistirão nos Balanços Gerais do Estado e no **Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo**, sobre a execução dos orçamentos de que trata o § 3º do Art. 203 da Constituição do Estado, contendo informações relativas à execução dos respectivos programas incluídos no orçamento anual e respectivas inspeções e auditorias internas.

Assim, em cumprimento às disposições legais, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado emite este Relatório sobre as Contas Anuais do Governo do Estado do Ceará referentes ao exercício financeiro de 2013, com análises e considerações norteadas nos mandamentos constitucionais e nas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei Federal n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre o assunto.



O Relatório está estruturado em quatro capítulos, compreendendo:

- O primeiro capítulo apresenta a atuação do controle interno abordando suas Ações de Transparência e Controle Social, as Ações de Controle Interno Preventivo e as atividades Auditoria Interna realizadas pela CGE no exercício de 2013;
- O segundo capítulo trata da análise da Execução dos Programas de Governo buscando observar os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, Programas e suas Metas Prioritárias; e
- O terceiro capítulo traz informações sobre a execução orçamentária consolidada do Estado, envolvendo os órgãos da administração direta e indireta que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social;
- O quarto capítulo aborda aspectos sobre a Gestão Fiscal, notadamente quanto ao cumprimento dos limites constitucionais e legais por parte do Estado.

1. CAPÍTULO I

1. DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar as atividades realizadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE durante o exercício de 2013 com vistas ao cumprimento da sua missão institucional. Nesse sentido, a CGE assentou suas bases num conjunto de propostas de ações prioritárias e inovadoras, direcionadas à implantação do controle interno preventivo, de auditorias com foco em processos, programas de governo e áreas especializadas, bem como à consolidação da gestão democrática e participativa.

Para atender a forma de atuação da CGE e as modificações realizadas na legislação estadual como a Emenda Constitucional no. 75/2012, que visa fortalecer as atividades do controle interno, a edição da Lei Complementar no. 119/2012 e suas alterações que dispõe sobre regras para transferências de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres, foi publicada a Lei nº15.360/2013, a qual alterou os dispositivos da Lei nº 13.875/2007.

A Lei nº15.360/2013 modificou a estrutura da CGE e criou 39 cargos de articuladores do controle interno preventivo, que poderão atuar de forma descentralizada nos órgãos e entidades estaduais, no monitoramento do processo de contratos, convênios e congêneres.

1.1. Das Ações de Transparência e Controle Social

1.1.1. Do Portal da Transparência

Criado sob a égide da Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, o Portal da Transparência do Governo do Estado, mantido pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, constitui-se num importante instrumento para o estímulo ao controle social disponível à população por meio de sítio na internet no endereço eletrônico: *transparencia.ce.gov.br*.

Desde a sua criação, em 2008, o portal tem apresentado informações sobre a realização de receitas, execução de despesas, indicadores fiscais e dado destaque às informações sobre os contratos e convênios celebrados pelo Governo do Estado possibilitando ao cidadão o acompanhamento das ações públicas, contribuindo para a transparência da gestão e o combate à corrupção no Estado do Ceará.

Em consonância com as orientações legais o portal contempla planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, relatórios fiscais, gráficos demonstrativos do histórico dos indicadores fiscais, informações pormenorizadas das despesas, inclusive cada nota de empenho com a íntegra dos seus textos, dados das receitas, dados das licitações, Balanço Geral do Estado. Vale ressaltar ainda a inclusão de consulta de despesas extraorçamentárias, disponibilizada em setembro de 2013.

Com advento da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, um novo Portal da Transparência, com linguagem próxima do cidadão, apresenta novas facilidades de interação e agrega aos textos números, fotos, vídeos, gráficos e mapas.

Desde a sua criação o portal mantém, por meio do canal “fale conosco”, permanente comunicação com a sociedade, possibilitando o recebimento de sugestões, reclamações e críticas que permitem o aprimoramento do Portal, além de responder dúvidas quanto ao conteúdo do sítio. O portal mantém ainda uma pesquisa de satisfação no sítio objetivando uma melhor compreensão da percepção dos usuários frente ao serviço ofertado por esse canal.

Adicionalmente, a nova visão à transparência na gestão pública, inclui informações além do paradigma orçamentário, patrimonial, contábil e financeiro. A perspectiva é que o cidadão possa compreender de forma mais clara as políticas públicas desenvolvidas, assim como os resultados obtidos mediante a atuação do Estado.

Neste escopo, destacam-se, especialmente, três eixos de informações divulgados no Portal:

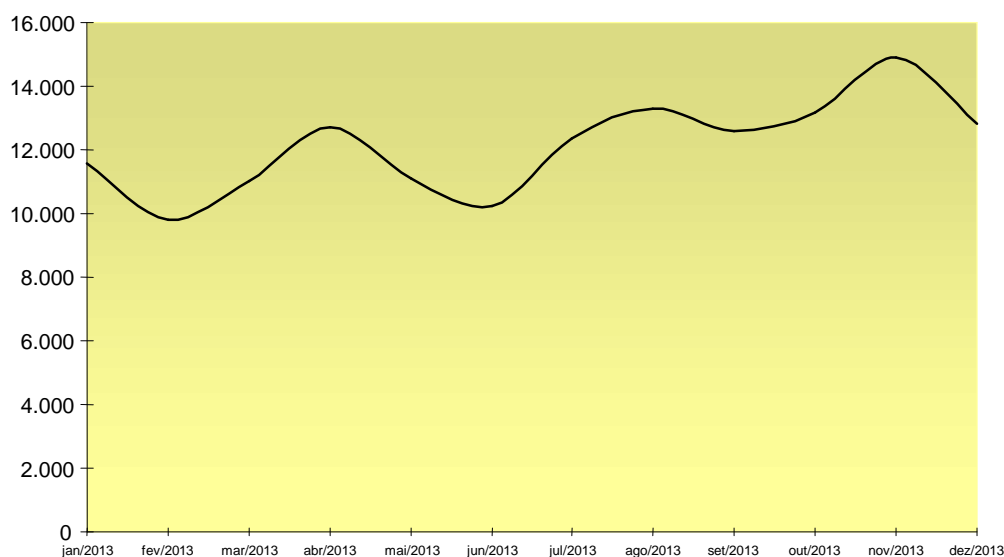
- **Modelo de Governança:** formas de participação de cidadãos, informações sobre funcionamento do Estado e como são tomadas as decisões no governo.
- **Prioridades de Governo:** informações sobre empreendimentos do estado, investimentos nos municípios, identificado por projetos, as políticas públicas desenvolvidas e os resultados alcançados, indicando metas e valores atingidos.
- **Oportunidades de Investimentos:** Informações socioeconômicas e vantagens competitivas para a atração de investimentos. Destaca-se ainda informações de avaliação de indicadores econômicos e mapas interativos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa do Ceará - IPECE, com informações de empregos, taxa de mortalidade, PIB, recursos hídricos e população por municípios.

De outra parte, a Lei Estadual n.º 15.175 de 28 de junho de 2012, que criou o Sistema Estadual de Acesso a Informação veio ratificar a importância do Portal da Transparência, quando o definiu como a principal ferramenta de transparência ativa, permitindo ao cidadão obter informações independentes de requerimentos.

Por fim, o Decreto Estadual n.º 30.939 de 10 de julho de 2012 regulamentou a operacionalização do Portal da Transparência, definindo regras, responsabilidades e periodicidade para disponibilização e atualização de informação no Portal da Transparência.

O gráfico a seguir mostra a evolução do número de acessos ao Portal da Transparência de janeiro a dezembro de 2013, totalizando 145.193 visitas, com uma média de 12.099 visitas por mês, representando um aumento de 42,79% em relação ao ano anterior.

GRÁFICO
EVOLUÇÃO DO ACESSO AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



Fonte: Google Analytics

1.1.2. Da Educação Social

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), em parceria com a Secretaria da Educação (Seduc), iniciou no dia 24 de setembro de 2013, no Colégio do Liceu do Ceará, o projeto denominado “Educação Social”, buscando a melhoria do exercício da cidadania, e conscientizando a população para a prática do controle social das ações do Governo do Estado do Ceará.

O projeto de Educação Social tem como objetivo o fomento ao controle social por meio de palestras com distribuição da Cartilha "Caminhos da Cidadania". Nas palestras são abordados temas como: cidadania; controle social; ética; acesso à informação e o combate à corrupção. Os alunos recebem instruções sobre os órgãos de controle e como ter acesso às informações por meio do Portal da Transparência e pela Ouvidoria.

O público alvo inicial são alunos do ensino médio da rede pública estadual tendo em vista o grande potencial desses estudantes atuarem como multiplicadores do controle social frente aos seus familiares e amigos. O projeto de Educação Social tem caráter continuado e será ampliado para escolas da rede pública municipal, ensino superior associações e entidades de classe.

Atualmente contamos com uma equipe de colaboradores da Controladoria e Ouvidoria Geral e de Ouvidores Setoriais que compõem um grupo de 18 palestrantes contribuindo com suas experiências e proferindo as palestras do projeto.

No segundo semestre de 2013 foram ministradas 81 palestras, beneficiando 10.841 alunos na capital de Fortaleza e 500 alunos no município de Canindé com a interiorização do projeto. Em pesquisa realizada junto aos alunos contemplados com a palestra "Caminhos da Cidadania" o projeto de educação social obteve 92% de aprovação.



1.1.3. Do Sistema Estadual de Acesso à Informação

Com o advento da Lei Federal nº. 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do §3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o Estado do Ceará editou a Lei nº. 15.175/2012, que define regras específicas para a implementação do disposto na Lei Federal.

Com os Comitês Setoriais de Acesso à Informação - CSAI formados e atuando nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, garantindo assim o acesso à informação de forma ativa ou passiva e ainda propondo ao Comitê Gestor de Acesso à Informação, a classificação de informações no seu âmbito de atuação.



Buscando o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Estadual de Acesso à Informação, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), em parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP), realizou no mês de outubro de 2013 o curso sobre o Módulo Sistema de Informações ao Cidadão no Sistema de Ouvidoria (SOU).

O objetivo do curso foi qualificar os membros do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) e os Ouvidores Setoriais, do Poder Executivo Estadual para utilização da ferramenta tecnológica criada para atender ao que preceitua a legislação de Acesso à Informação. No módulo de acesso à informação, que integra o SOU, é possível registrar, atender e tramitar as solicitações de informações.

O conteúdo ministrado para os 129 colaboradores distribuídos em 08 turmas foi composto de informações sobre a legislação referente ao Acesso à Informação, estudo de casos, exposição com base no manual do Módulo SIC no SOU contendo os procedimentos para utilização da ferramenta tecnológica especialmente desenvolvido para facilitar a operação do sistema.

O Módulo do Sistema de Informação ao Cidadão foi posto em funcionamento no dia 01 de novembro de 2013, atendendo a legislação prevista na Lei nº. 15.175, 28 de junho de 2012.

Durante o ano de 2013 o dado registrado como solicitação de informação no Sistema apresenta um total de 19.142, distribuídos pelos meios de entrada como: internet, telefone, presencial, disk acessibilidade, e-mail, facebook, carta e twitter.

**QUADRO COM NÚMEROS DE ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA
POR MEIO DE ENTRADA - ANO 2013**

Meio de Entrada	Solicitações de Informação
Internet	8.657
Telefone	9.598
Presencial	64
Disk Acessibilidade	682
E-mail	124
Facebook	13
Carta	2
Twitter	2
Total	19.142

1.1.4. Da Ouvidoria

O Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo do Estado do Ceará é regulamentado pelo Decreto nº. 30.938 de 10 de julho de 2012, com a finalidade de assegurar o direito do cidadão à prestação de serviços de qualidade, ao acesso à informação e à ampliação do espaço de participação e controle social.

A Ouvidoria atua como canal de intermediação do processo de participação popular, possibilitando ao cidadão contribuir com a implementação das políticas públicas e a avaliação dos serviços prestados.

A Política de Ouvidoria do Estado do Ceará visa fomentar a participação da sociedade e o exercício do controle social, assegurando o direito à cidadania e à transparência dos serviços prestados pelo Poder Executivo Estadual, com atuação ética, equânime e isenta, por meio da escuta imparcial das partes envolvidas, preservando o direito de liberdade de expressão e julgamento do cidadão.

Rede de Ouvidorias

A Rede de Ouvidorias é composta pelas Ouvidorias Setoriais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a quem cabe atuar na apuração e resposta das manifestações apresentadas pelo cidadão.

Por meio da estrutura do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, a Controladoria Geral do Estado e as Ouvidorias integrantes da Rede de Ouvidorias atuam na apuração e resposta das manifestações apresentadas pelos cidadãos, disponibilizando canais gratuitos de atendimento ao cidadão, utilizando recursos telefônicos, da rede mundial de computadores e presencial, de modo a viabilizar com celeridade a recepção e registro das manifestações apresentadas, bem como a padronização e sistematização dos prazos de respostas e procedimentos.

A Rede de Ouvidorias do Estado do Ceará é composta por 65 Ouvidorias Setoriais, distribuídas em cada órgão/entidade do Governo do Estado, contando ainda com uma rede interna regulamentada da Secretaria de Saúde-SESA com 42 ouvidorias, nas unidades assistenciais de saúde, nas coordenadorias regionais de saúde (integrantes da estrutura organizacional da Sesa), nas unidades assistenciais de saúde qualificadas como organização social e nas unidades assistenciais de saúde dos consórcios públicos.

Sistema Informatizado de Ouvidoria

Instituído pelo Decreto nº. 30.474/2011, o Sistema de Ouvidoria - SOU é uma ferramenta informatizada desenvolvida para otimizar o atendimento das manifestações dos cidadãos encaminhadas à Ouvidoria, compreendendo o registro, o tratamento e o retorno ao cidadão. Com a utilização da ferramenta é possível dar encaminhamento imediato a manifestação à ouvidoria do órgão competente, facilidade no cadastro dos dados, recurso de inclusão de anexos na manifestação, acompanhar todo o andamento da manifestação inclusive complementando-a quando necessária, além de outras funcionalidades.

No SOU também é contemplado o Módulo do Sistema de Informação ao Cidadão, para o registro e atendimento das solicitações de informação, com recursos e procedimentos em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

Canais de Atendimento

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado - CGE, por meio da Coordenadoria de Fomento ao Controle Social - CFOCS disponibiliza canais gratuitos de atendimento ao cidadão para o exercício do controle social e fomento das políticas públicas, com a utilização de recursos telefônicos (Telefone 155), da rede mundial de computadores (www.ouvidoria.ce.gov.br, E-mail e Redes Sociais) e presencial, de modo a viabilizar com celeridade a recepção e registro das manifestações apresentadas, tais como sugestões, elogios, reclamações, críticas, denúncias, solicitações de serviços e informações pertinentes ao Poder Executivo Estadual, o cidadão pode exercer seu papel e contribuir para o controle social e o fomento das políticas públicas.

Central de Atendimento Telefônico 155

A Central de Atendimento da Ouvidoria, criada em janeiro de 2008, é situada na cidade de Canindé, sendo um dos principais canais receptores e porta de entrada das demandas de Ouvidoria de todo o Estado por meio do telefone 155, e vem permitindo a universalização dos serviços prestados pela Ouvidoria do Estado do Ceará.

**QUADRO COM ATENDIMENTOS DA OUVIDORIA POR CANAL
DE ACESSO (Meio de Entrada) DO ANO 2013**

Meio de Entrada	Manifestações	Solicitações de Informação	Total	Percentual
Internet	18.169	8.657	26.826	50,6%
Telefone	14.077	9.598	23.675	44,7%
Presencial	928	64	992	1,87%
Disk Acessibilidade	201	682	883	1,66%
E-mail	243	124	367	0,69%
Facebook	128	13	141	0,2%
Carta	37	2	39	0,07%
Twitter	8	2	10	0,01%
Total	33.791	19.142	52.933	100%

Os canais mais utilizados pelos cidadãos no ano de 2013 para o registro de Manifestações e Solicitações de Informação foram a Internet e Telefone, que corresponderam a 50,6% e 44,7% respectivamente.

Quanto ao retorno das respostas das Manifestações e das Solicitações de Informação, os meios mais utilizados foram a Internet 42,8% , E-mail 28,4% e Celular 22,4%.

Ao selecionar como preferência de resposta a internet, o cidadão verifica a sua resposta diretamente pelo Sistema de Ouvidoria-SOU, utilizando protocolo e senha. Quando selecionado a opção de resposta por e-mail, com a conclusão da manifestação, a resposta é enviada automaticamente ao e-mail cadastrado. Nas preferências de resposta por celular ou telefone fixo a Central de Atendimento Telefônico da Ouvidoria Geral entra em contato com o cidadão para efetivação do retorno e repasse da resposta.

**QUADRO COM OS TIPOS DE MANIFESTAÇÕES DE
OUVIDORIA DO ANO DE 2013**

Tipo de Manifestação	Quantitativo	Percentual
Solicitação de Informação	19.142	36,1%
Reclamação	18.267	34,5%
Denúncia	6.634	12,5%
Solicitação de Serviço	5.821	10,9%
Crítica	1.120	2,1%
Sugestão	1.019	1,9%
Elogio	930	1,7%
Total	52.933	100%

No ano de 2013, houve um aumento de 17% no registro das manifestações comparado com o ano anterior, das quais, as Solicitações de Informação e Reclamações corresponderam a 36,16% e 34,5% dos registros respectivamente.

No ano de 2013, a Pesquisa de Satisfação dos Usuários da Ouvidoria foi respondida por 3.637 usuários, o que correspondeu a 6,87% dos registros no Sistema de Ouvidoria - SOU. A pesquisa foi aplicada por meio do SOU pela Internet, E-mail e pelo Telefone 155 da Central de Atendimento Telefônico da Ouvidoria Geral do Estado.

O Índice de Satisfação dos Usuários da Ouvidoria atingiu o percentual de 83%, com a avaliação quanto a presteza do atendimento da Ouvidoria, quanto a qualidade da resposta nos graus, excelente, bom e ótimo e ainda se recomendariam a Ouvidoria para outras pessoas.



QUADROS COM ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DA
OUVIDORIA
(Pesquisa de Satisfação)

Perguntas	Conceitos	Percentual de Avaliação	
Avaliação Quanto à Presteza do Atendimento da Ouvidoria	Excelente, Ótimo e Bom	85%	
Avaliação Quanto a Qualidade da Informação Repassada	Excelente, Ótimo e Bom	77%	
Recomendaria a Ouvidoria para Outras Pessoas	Sim	87%	
Índice de Satisfação (Média)	Excelente, Ótimo, Bom e Que Recomendariam a Ouvidoria para outras pessoas	83%	
Avaliação		Total de Usuários	Percentual
Usuários que avaliaram os serviços da Ouvidoria como Excelente, Ótimo, Bom e Que Recomendariam a Ouvidoria para outras pessoas.		3.009	83%
Usuários que avaliaram os serviços da Ouvidoria como Regular, Insuficiente e Que Não Recomendariam para outras pessoas.		628	17%

1.2. Das Ações de Orientação e Prevenção

1.2.1. Da Nova Forma de Atuação do Controle Interno

Em continuidade ao processo de consolidação do Controle Interno como ferramenta de gestão, com atuação de modo preventivo em substituição ao modelo tradicional de atuação a posteriori, no ano de 2013, deu-se continuidade à implantação do projeto de Controle Interno Preventivo, o qual se constitui numa técnica de controle que consiste no mapeamento, modelagem, validação, implantação e monitoramento de processos críticos, com foco na gestão de riscos, de modo a otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais.

1.2.2. Do Novo Processo de Transferência de Recursos Financeiros por Meio de Convênios e Instrumentos Congêneres

O escopo inicial de implantação do Controle Interno Preventivo compreendeu o mapeamento, a modelagem e a validação dos macroprocessos de Contratos e de Convênios e Congêneres, com a identificação dos riscos e a definição dos pontos de controle correspondentes.

Após a conclusão da modelagem e validação do macroprocesso de Transferências de Recursos Financeiros por Meio de Convênios e Instrumentos Congêneres e da edição da Lei Complementar Estadual nº 119/2012, que dará suporte a sua implementação, trabalhou-se na sua regulamentação. Assim, foi editado o Decreto nº 31.406 de 29 de janeiro de 2014, que regulamenta as etapas de Divulgação de Programas, Cadastramento dos Parceiros, Seleção ou Aprovação de Planos de Trabalho e Celebração. Concomitante à elaboração dessa regulamentação trabalhou-se também na construção da ferramenta informatizada que dará suporte ao processo, com destaque para a implementação do Cadastro Geral de Parceiros, a partir de Janeiro de 2014. No decorrer do ano corrente, será concluída a regulamentação da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 no que respeita as etapas de Execução, Acompanhamento, Fiscalização e Prestação de Contas, bem como a conclusão da ferramenta tecnológica.

Referida ferramenta permitirá a realização de todo o processo de maneira informatizada permitindo e controlando a ação de todos os atores em suas respectivas funções, inclusive quanto ao acompanhamento e fiscalização.

1.2.3. Da Folha de Pagamento

Utilizando a metodologia do Controle Interno Preventivo, foi instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver estudos de redesenho do processo de Gestão da Folha de Pagamento (GTFOLHA), para realizar o mapeamento, validação, implantação e monitoramento do processo, com foco em riscos.

O GTFOLHA conta com a participação de representantes da CGE/CE, da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Secretaria da Fazenda (SEFAZ), tendo realizado em 2013 o planejamento do projeto, o mapeamento e a análise do processo atual.

1.2.4. Das Orientações Técnicas

A CGE/CE possui competência para prestar orientação técnica e normativa aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual em matérias relacionadas ao controle interno, tendo respondido às consultas técnicas oriundas dos órgãos e entidades do Poder Executivo, nos termos do art.15-A, inciso XI e §7º da Lei Estadual nº13.875, de 07/02/2007 e suas alterações. Em 2013, foram elaboradas 28 (vinte e oito) Orientações Técnicas, conforme o quadro abaixo:

**QUADRO COM A RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO
E A QUANTIDADES DE SOLICITAÇÕES**

Órgão/Entidade	Quantidade
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará	01
Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará	01
Casa Civil	01
Secretaria das Cidades	05
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	02
Escola de Saúde Pública	01
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	02
Fundação Universidade Estadual do Ceará	01
Gabinete do Governador	02
Instituto de Desenvolvimento das Cidades do Ceará	01
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	01
Secretaria da Cultura	05
Secretaria da Infraestrutura	01
Secretaria do Esporte	03
Secretaria da Pesca e Aquicultura	01
TOTAL	28

1.2.5. Das Outras Ações de Prevenção e Orientação

A CGE/CE, órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, buscando zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos, tem atuado preventivamente, para mitigar os riscos que possam afetar negativamente o alcance dos objetivos do Governo.

Eventos Institucionais

Com este foco, foram realizados em 2013 três edições do Fórum Permanente de Controle Interno, para os gestores dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, ocasião em que foram apresentados temas e ferramentas atinentes à implantação do novo processo de transferência de recursos por meio de convênios, instrumentos congêneres, além do planejamento participativo da CGE/CE para 2014.

Além disso, foi realizado o VII Encontro Estadual de Controle Interno que abordou o tema Sistemas de Informações, Auditoria Contínua e Controle Interno, contando com palestrantes ministradas por técnicos da Controladoria Geral da União (CGU).

Segue a lista dos eventos (FÓRUM, ENCONTRO E PALESTRA) realizados em 2013 com seus respectivos assuntos abordados e datas:

- Fórum Permanente de Controle Interno

XXIX EDIÇÃO 24/04/2013

Regulamentação da Nova Legislação de Convênios e Congêneres

XXX EDIÇÃO 29/08/2013

Implantação do novo processo de transferência de recursos por meio de convênios, instrumentos congêneres e contratos de gestão

XXXI EDIÇÃO 05/11/2013

Planejamento Participativo 2014

- Encontro Estadual de Controle Interno

VII ENCONTRO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO - 29/11/2013

Tema: Sistemas de Informações, Auditoria Contínua e Controle Interno

- Palestras

"Novas Ferramentas de Combate à Corrupção", com o secretário executivo da Controladoria Geral da União (CGU), Carlos Higino Ribeiro de Alencar.

"A auditoria contínua – conceitos e práticas", com o coordenador-geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade da CGU, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa.

1.3. Das Atividades de Auditoria Realizadas pela CGE

As atividades de auditoria realizadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna (CAINT), nos órgãos e entidades estaduais, estiveram categorizadas nas modalidades de regularidade, preventiva, de desempenho e especiais.

Nessas modalidades, programou-se para o exercício de 2013 a realização de 141 atividades de auditoria, sendo 90 relativas a contas de gestão, 45 à instrução de processos de Tomada de Contas Especial, quatro especiais e duas de desempenho.

Ao final do exercício, computou-se 183 atividades concluídas, sendo 89 de contas de gestão, 89 de instrução de processos de Tomada de Contas Especial e cinco especiais, ressaltando que as duas atividades de desempenho tiveram suas atividades de campo concluídas ainda em 2013.



Dessa forma, mesmo não considerando as duas atividades de auditoria de desempenho, que estão sendo concluídas neste primeiro quadrimestre de 2014, a Coordenadoria de Auditoria Interna superou a meta para 2013 em aproximadamente 30%.

Diante do exposto, segue indicada no Quadro a seguir uma síntese das atividades da CAINT em 2013.

QUADRO - SÍNTESE DAS ATIVIDADES DA CAINT EM 2013

ATIVIDADES	PREVISTO	REALIZADO
Auditoria de Contas de Gestão	90	89
Auditoria Especial	4	5
Auditoria de Desempenho	2	0
Instrução de Tomada de Conta Especial	45	89
TOTAL	141	183

CAPÍTULO II

2. DA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

A finalidade deste capítulo é proceder a uma análise dos principais programas de governo incluídos no orçamento anual de 2013, observados os aspectos relacionados ao perfil da execução orçamentária por Eixo, Área Temática, principais Programas e suas Metas Prioritárias.

Procedeu-se ainda, uma análise mais detalhada dos recursos do FECOP aplicados em funções voltadas a atender os Direitos Fundamentais Sociais (Assistência Social, Desporto e Lazer, Educação, Habitação, Saúde, Segurança e Trabalho) e das políticas governamentais de Combate à Seca.

2.1. Alocação de Recursos do PPA – 2012 - 2015

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, estabelecido pela Lei nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012, apoia-se em três grandes orientações estratégicas, representadas por três Eixos:

- **Sociedade Justa e Solidária;**
- **Economia para uma Vida Melhor; e**
- **Governo Participativo, Ético e Competente.**

O PPA em comento contém cinco anexos por meio dos quais se pode observar as destinações dos recursos:

- ✓ Anexo I - Demonstrativo de Áreas Temáticas e Programa de Governo;
- ✓ Anexo II - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Eixo e Área Temática;
- ✓ Anexo III - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Macrorregião.

A Lei nº 15.266, de 28 de dezembro de 2012, dispôs sobre a revisão do Plano Plurianual 2012-2015 para inserir os anexos:

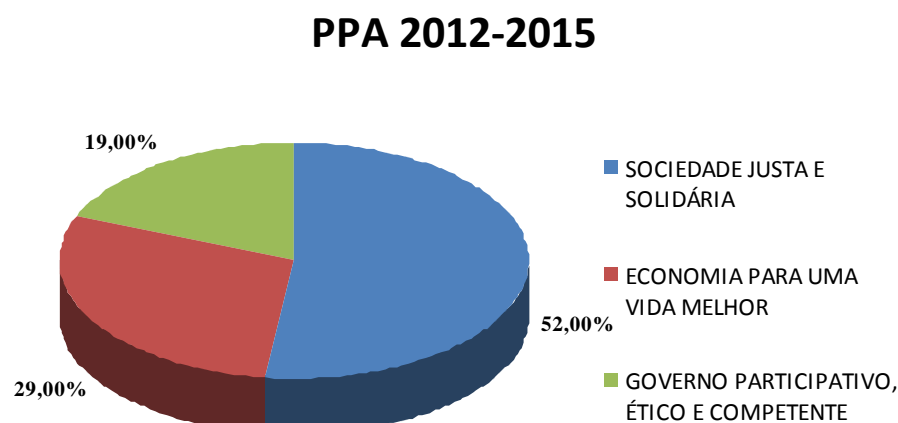
- ✓ Anexo IV - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos do PPA;
- ✓ Anexo V - Demonstrativo de Iniciativas Valoradas por Programa.

E ainda, sobre alteração no § 5º, do art. 10, que incluiu os Resultados e Indicadores da Área Temática.

A metodologia do PPA 2012-2015 foi modificada procurando adotar a utilizada pelo Governo Federal. Com isso, os recursos estão organizados por Eixo de políticas de Governo, Área Temática e por três tipos de programas. Os três tipos de programas são os Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado, conforme sua finalidade. Os Programas Temáticos devem orientar a ação governamental da respectiva área temática. Os Programas de Gestão e Manutenção devem resultar em bens ou serviços de manutenção e ampliação de atividades tipicamente administrativas. E ainda, os Programas de Serviços ao Estado representam os programas finalísticos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e alguns programas do Poder Executivo. No nível dos programas estão previstas as metas prioritárias para cada ano da execução orçamentária.

A previsão dos recursos aplicados no PPA 2012-2015 está distribuída por Eixo, conforme o gráfico a seguir:

GRÁFICO COM O PERCENTUAL DE RECURSOS A SER GASTO
POR EIXOS NO PERÍODO DO PPA 2012-2015



Fonte: PPA (2012-2015)\SEPLAG

O Eixo que recebeu um maior volume de recursos foi Sociedade Justa e Solidária (52%) que tem como objetivo a promoção e sustentabilidade de uma sociedade a ser alcançada através do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para a promoção da cidadania dos cearenses. Esse Eixo conta com 09 Áreas Temáticas, 27 Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção para cada Secretaria (SEDUC, CEE, SECITECE, SESA, STDS, SECULT, SESPORTE, SSPDS, SEJUS, DRGE) e respectivas vinculadas e ainda dois Programas de Serviços ao Estado executados pelo Conselho Estadual de Educação.



Logo depois, vem o Eixo Economia para uma Vida Melhor com 29% dos recursos do PPA 2012-2015, o qual tem como objetivo incrementar o crescimento econômico, ancorado no avanço industrial, promoção do turismo sustentável, modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. Esse Eixo é desenvolvido por meio de 09 Áreas Temáticas, 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para Secretarias de Estado e suas respectivas vinculadas (CEDE, SDA, SPA, SRH, SEINFRA, SETUR, SCIDADES, CONPAM e SECOPA).

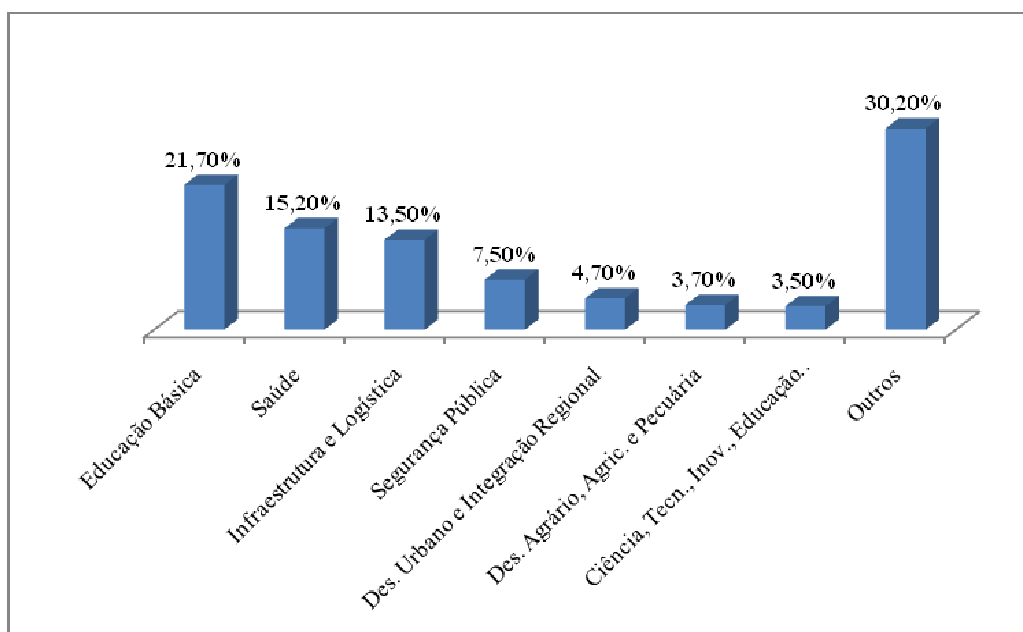
Por último, o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente com 19% dos recursos do PPA 2012-2015 tem como objetivo conferir ao Estado um padrão de eficiência na prestação de serviços à sociedade e à gestão da máquina administrativa estadual. Os recursos do Eixo são distribuídos em 05 Áreas Temáticas e 22 Programas Temáticos e Programas de Gestão e Manutenção para as Secretarias (SEPLAG, SEFAZ, CGE, GABGOV, GABVICE, CASA CIVIL, PGE e CGD).

Quanto a alocação dos recursos no PPA 2012-2015 por tipo de programa, coube uma parcela de 58%, para os Programas Temáticos, de 39% para os Programas de Gestão e Manutenção e de 3% para os Programas de Serviços.

A seguir será apresentado um gráfico que destaca o percentual previsto a ser aplicado nas principais áreas temáticas que estão inseridas em cada Eixo de políticas do Governo.



GRÁFICO COM PERCENTUAL A SER APLICADO PELAS
PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS NO PERÍODO DO PPA 2012-2015



Fonte: PPA (2012-2015)\SEPLAG

2.2. Da Execução dos Principais Programas de Governo

Neste item será analisada a execução dos principais programas de Governo organizada por Eixo, por Área Temática, por Programas e suas Metas Prioritárias.

2.2.1. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015

Inicialmente será comparada a execução dos recursos distribuídos por Eixo com relação a previsão de aplicação apresentada no PPA 2012-2015 (excluindo os Encargos Gerais do Estado), conforme quadro a seguir:



QUADRO COMPARATIVO POR EIXO ENTRE A PREVISÃO DO
PPA 2012-2015 E OS RECURSOS EMPENHADOS EM 2012 E 2013

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	VALOR DO ORÇAMENTO DO PPA DE 2012-2015	(%)	VALOR DOS RECURSOS EMPENHADOS EM 2012 E 2013	(%)
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	31.356.653.166,49	48,90%	12.893.630.290,51	48,36%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	16.975.773.219,07	26,47%	4.566.429.173,63	17,13%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE (*)	15.794.047.811,23	24,63%	9.200.410.033,09	34,51%
TOTAL	64.126.474.196,79	100,00%	26.660.469.497,23	100,00%

Fonte: SIOF/SEPLAG

(*) Valores excluindo os Encargos Gerais.

Analisando o quadro acima, pode-se verificar que o perfil de execução dos orçamentos de 2012 e 2013 por Eixo apresenta uma variação em relação às proporções previstas inicialmente no PPA 2012-2015. No Eixo de Sociedade Justa e Solidária, que contempla o maior volume de recursos, a execução se apresenta próxima do previsto. Já no Eixo Economia para uma Vida Melhor que tem uma previsão de 26,47% do total, foi aplicado até o momento 17,13%, ou seja, 9,44% menor que o previsto. Já o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente tem uma previsão de 24,63% e foram aplicados até 2013, 34,51% do total, ou seja, 9,88% maior que o previsto.

Observa-se assim, que na execução dos dois primeiros anos de vigência do PPA 2012-2015, o Eixo de maior volume de recursos manteve na execução dos recursos a mesma proporção prevista no planejamento, ao tempo em que houve maior participação do Eixo Governo Participativo, Ético e Competente em detrimento ao Eixo Economia para uma Vida Melhor.

2.2.2. Recursos Aplicados por Eixo em relação à distribuição prevista no Orçamento de 2013

Em 2013 os recursos orçamentários (Lei + Crédito) disponíveis totalizavam um montante de R\$ 22.218.206.885,20, que foram distribuídos: R\$ 18.555.863.209,39 mil para os Eixos de políticas de Governo, propriamente ditos, representando, 83,52% do total de recursos. Do restante, R\$ 3.662.343.675,81 destinou-se a cobrir os Encargos Gerais, representando, 16,48%.

Na rubrica Encargos Gerais do Estado, foram executados 97,64% dos recursos orçados, ou seja, R\$ 3.575.779.156,04, que foram distribuídos conforme quadro a seguir:



**QUADRO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS
DO ESTADO NO ANO DE 2013**

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO	PERCENTUAL EXECUTADO
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	3.662.343.675,81	3.575.779.156,04	100,00%	97,64%
Pessoal e Encargos Sociais	52.000.000,00	47.763.639,93	1,34%	91,85%
Juros e Encargos da Dívida	252.498.016,40	246.462.782,68	6,89%	97,61%
Outras Despesas Correntes	2.564.877.615,84	2.511.563.666,64	70,24%	97,92%
Investimentos	5.625.632,23	1.762.500,00	0,05%	31,33%
Inversões Financeiras	250.025.480,30	240.587.832,51	6,73%	96,23%
Amortização da Dívida	537.316.931,04	527.638.734,28	14,76%	98,20%

FONTE: SIOF/SEPLAG

Sob os Encargos Gerais do Estado, foram executados no grupo Outras Despesas Correntes, recursos no montante de R\$ 2.511.563.666,64, participando de 70,24% dos recursos aplicados e atingindo uma execução de 97,92% em relação ao valor previsto no orçamento. O grupo Outras Despesas Correntes tem como principal elemento de despesa a Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas que corresponde 94,08% de seu total. Esse elemento de despesa teve 87,93% de seus recursos comprometidos com Distribuição de ICMS aos Municípios, 11,33% com Distribuição de IPVA aos Municípios, 0,02% com CIDE - Cota Parte dos Municípios, 0,40% com Transferências da Indenização de Extração de Petróleo e por fim, 0,31% com Transferência do IPI Exportação.

Analisando a aplicação dos recursos dos Eixos que representam as políticas de Governo verificou-se que dos R\$ 18.555.863.209,39 (Lei + Crédito) foram empenhados 75,60% dos recursos disponíveis, ou seja, R\$ 14.028.838.357,89.

No quadro a seguir foi efetuada uma comparação da distribuição dos recursos aplicados por Eixo em relação a distribuição prevista no orçamento e percebeu-se que o Eixo Sociedade Justa e Solidária aplicou 48,75%, do total dos recursos executados em 2013, o Eixo Economia para uma Vida Melhor empenhou 16,99% dos recursos orçados e por último o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou um empenho de 34,25%. O Eixo Sociedade Justa e Solidária e o Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentaram percentual de execução acima de 85%, contudo, o Eixo Economia para uma Vida Melhor, como uma execução de 45,14%, ficou bem aquém em relação aos demais eixos.



QUADRO COM O COMPARATIVO POR EIXO ENTRE OS
RECURSOS LEI + CRÉDITO E EMPENHADO PARA O
EXERCÍCIO DE 2013

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	7.897.351.089,44	6.839.670.680,41	86,61%	48,75%
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	5.281.307.430,16	2.384.171.205,63	45,14%	16,99%
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	5.377.204.689,79	4.804.996.471,85	89,36%	34,25%
TOTAL	18.555.863.209,39	14.028.838.357,89	75,60%	100,00%

FONTE: SIOF/SEPLAG

A seguir será feita uma análise da execução de cada Eixo com suas Áreas Temáticas específicas, seus principais Programas Temáticos, Programas de Gestão e Manutenção e Programas de Serviços ao Estado e as Metas Prioritárias dos principais programas.

EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

O quadro a seguir mostra que o Eixo Sociedade Justa e Solidária tinha recursos disponíveis no montante de R\$ 7.897.351.089,44 (Lei + Crédito), tendo sido executados 86,61% do total autorizado. As Áreas Temáticas que apresentam maior volume de recursos é a Educação com 30,93%, a Saúde com 33,06% e Segurança Pública com 19,79%, as demais áreas apresentam um volume de recursos inferior a 10%.

Dentre as Áreas Temáticas que apresentaram um maior nível de execução orçamentária pode-se destacar a Educação 91,49%, Saúde com 84,18%, Segurança Pública com 94,24%, Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional com 80,63%, Desenvolvimento Social e Trabalho com 83,86% e Acesso a Justiça com 95,32%. A Área Temática que apresentou a execução orçamentária menor foi Esporte e Lazer que demonstrou uma aplicação de recursos de 48,22%.

Dentre as Áreas Temáticas que receberam mais recursos pode-se destacar na Educação o programa Organização e Gestão da Educação Básica com recursos empenhados no valor de R\$ 463.709.131,07, com um percentual de execução de 87,65% e o programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional com recursos executados na ordem de R\$ 243.306.517,56, com execução de 81,94%, o programa Aprendizagem das Crianças na Idade Certa o valor empenhado de R\$ 63.543.403,42, com execução de 65,04%. Todos os programas elencados atingiram suas metas prioritárias, conforme quadro com o DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES EM 2013, mostrado adiante.



Na Área Temática de Saúde pode-se destacar o programa Atenção à Saúde Integral e de Qualidade que utilizou recursos no montante de R\$ 1.462.116.772,39, com execução de 80,68%. Analisando suas metas prioritárias verifica-se que quase todas foram atingidas em 100%, conforme se pode verificar quadro com o DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES EM 2013 mostrado adiante.

Na Área Temática de Segurança Pública, no programa Segurança Pública Integrada foi empenhado o valor de R\$ 209.410.984,43, com um percentual de execução de 80,01%. Na análise de suas 7 metas prioritárias verificou-se que, na sua maioria, foram atingidas parcialmente. As que demonstraram menor nível de execução foram as de: aumentar em 4.000 o número de policiais militares, onde foi acrescido apenas 1.977, ou seja, cerca de 50%, aperfeiçoar e nivelar 4.000 policiais militares, dos quais atingiu-se os mesmos 1.977, e ainda, adquirir 20 viaturas de combate a incêndio, quando foram compradas 5 viaturas. Esses dados são apresentados no quadro com o DETALHAMENTO DAS METAS E REALIZAÇÕES EM 2013 mostrado adiante.

Na Área Temática de Desenvolvimento Social e Trabalho podemos destacar o programa Assistência Social que executou recursos na ordem de R\$ 65.786.802,75, com um percentual de execução de 79,47%. Analisando as suas metas verifica-se que foram quase 100% cumpridas e pode-se destacar a capacitação de profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO cuja meta em 2013 era de 1.771 e foram capacitadas 4.933. A meta que demonstrou menor efetividade foi a de atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos CREAS municipais e regionais, onde foram atendidas 44.697, ou seja, 88%. Outro programa que merece destaque é Trabalho, Emprego e Renda que executou recursos no montante de R\$ 52.347.348,99 e seu percentual empenhado foi de 83,75%. Das metas prioritárias desse programa pode-se distinguir a qualificação e requalificação de 4.878 para 2013, tendo sido atingido 5.509, e a previsão de realização de 3.500 operações de microcrédito em 2013, quando foram registradas 9.241 operações, ambas, superando as metas previstas.



QUADRO CONTENDO A EXECUÇÃO DO EIXO SOCIEDADE
JUSTA E SOLIDÁRIA COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E SEUS
PRINCIPAIS PROGRAMAS

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
EIXO SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA	7.897.351.089,44	6.839.670.680,41	86,61%	100,00%
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.312.139.823,89	2.115.290.919,46	91,49%	30,93%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC	1.382.451.117,21	1.338.896.886,47	96,85%	19,58%
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	529.028.246,65	463.709.131,07	87,65%	6,78%
ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	296.948.710,74	243.306.517,56	81,94%	3,56%
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	97.704.171,00	63.543.403,42	65,04%	0,93%
OUTROS PROGRAMAS	6.007.578,29	5.834.980,94	97,13%	0,09%
SAÚDE	2.686.144.728,21	2.261.163.881,56	84,18%	33,06%
ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE	1.812.246.759,75	1.462.116.772,39	80,68%	21,38%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SESA E VINCULADAS	671.953.934,78	631.519.667,14	93,98%	9,23%
OUTROS PROGRAMAS	201.944.033,68	167.527.442,03	82,96%	2,45%
SEGURANÇA PÚBLICA	1.436.060.914,66	1.353.277.500,31	94,24%	19,79%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SSPDS E VINCULADAS	1.074.506.382,73	1.058.731.942,12	98,53%	15,48%
SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA	261.738.861,27	209.410.984,43	80,01%	3,06%
OUTROS PROGRAMAS	99.815.670,66	85.134.573,76	85,29%	1,24%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL	590.502.895,40	476.108.226,94	80,63%	6,96%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECITECE E VINCULADAS	289.813.855,45	280.537.383,90	96,80%	4,10%
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	141.153.287,21	100.563.688,78	71,24%	1,47%
OUTROS PROGRAMAS	159.535.752,74	95.007.154,26	59,55%	1,39%
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO	209.483.080,06	175.675.574,31	83,86%	2,57%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	82.779.977,44	65.786.802,75	79,47%	0,96%
TRABALHO, EMPREGO E RENDA	62.500.998,41	52.347.348,99	83,75%	0,77%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA STDS	61.631.841,90	55.391.983,88	89,88%	0,81%
OUTROS PROGRAMAS	2.570.262,31	2.149.438,69	83,63%	0,03%
ESPORTE E LAZER	184.444.072,94	88.933.403,94	48,22%	1,30%
INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER	151.933.341,95	70.503.801,55	46,40%	1,03%
ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	25.752.301,65	12.599.839,31	48,93%	0,18%
OUTROS PROGRAMAS	6.758.429,34	5.829.763,08	86,26%	0,09%
CULTURA	91.308.798,39	63.895.943,12	69,98%	0,93%
INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	69.310.234,29	51.942.745,15	74,94%	0,76%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECULT	9.541.721,82	8.711.013,14	91,29%	0,13%
OUTROS PROGRAMAS	12.456.842,28	3.242.184,83	26,03%	0,05%
JUSTIÇA E CIDADANIA	296.344.228,61	218.659.274,42	73,79%	3,20%
INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA	205.776.508,58	136.908.822,84	66,53%	2,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEJUS	79.494.966,37	75.556.679,56	95,05%	1,10%
PROTEÇÃO E CIDADANIA	11.072.753,66	6.193.772,02	55,94%	0,09%
ACESSO À JUSTIÇA	90.922.547,28	86.665.956,35	95,32%	1,27%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA	89.527.567,28	86.333.997,42	96,43%	1,26%
PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA	1.394.980,00	331.958,93	23,80%	0,00%

Fonte: SIOF/SEPLAG



Nos quadros a seguir são apresentadas as informações sobre as Áreas Temáticas e principais programas do Eixo Sociedade Justa e Solidária, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2013.

**QUADROS COM O DETALHAMENTO DAS METAS E
REALIZAÇÕES DE 2013 DO EIXO SOCIEDADE JUSTA E
SOLIDÁRIA DAS SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E PRINCIPAIS
PROGRAMAS**

ÁREA TEMÁTICA - EDUCAÇÃO BÁSICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL			
Ampliar em 20.143 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP	5.035	5.665	10.700
Garantir a 100% dos alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulado aos setores produtivos	38.313	40.464	73.203
PROGRAMA 072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA			
Alfabetizar a cada ano, no nível desejado, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	88.306	88.306	325.388
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental.	427.533	458.385	885.918
PROGRAMA 073 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Premiar, anualmente, 100% dos alunos do ensino médio da rede estadual que obtiverem o nível adequado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.	100%	100%	100%
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	100%	100%	100%
Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	100%	100%	100%
Realizar, anualmente, 2 avaliações censitórias dos alunos da educação básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE.	100%	100%	100%
Garantir a melhoria do transporte escolar para o acesso dos 143.895 alunos do campo/zona rural, na faixa etária de educação escolar obrigatória, às unidades de ensino. (*)	143.895	146.700	146.700
Realizar, anualmente, o Censo escolar da educação no Ceará. (*)	1	1	1

(*) Essa meta não foi apresentada em 2012.

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - SEGURANÇA PÚBLICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 015 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA			
Adquirir 2 helicópteros	3	3	3
Oferecer formação inicial a 4.000 profissionais de segurança pública aprovados em concurso público, seguindo as diretrizes da Matriz Curricular Nacional.	1.649	1.508	1.508
Oferecer cursos de formação continuada para 8.000 profissionais de segurança pública do Estado do Ceará.	11.639	7.954	19.592
Construir 6 núcleos regionais de perícia forense.	1	1	1
Aumentar em 4.000 o número de policiais militares.	4.000	1.977	1.977
Aperfeiçoar e nivelar 4.000 policiais militares nas áreas de defesa pessoal, técnica policial militar, abordagem e tiro defensivo.	4.000	1.977	1.977
Adquirir 20 viaturas de combate a incêndio para o Corpo de Bombeiros Militar	20	5	5

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 070 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
Apoiar e realizar 73 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional.	19	19	37
Assistir 1.104 micro e pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica através do Projeto de Extensão.	398	213	521
Aumentar em 40% a oferta de cursos de formação específica na área de TI (UTD).	630	1.759	2.409
Aumentar em 40% o número de micro e pequenas empresas apoiadas com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica no Estado do Ceará.	80	113	225

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - SAÚDE			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 037 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE			
Garantir o abastecimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência Farmacêutica Básico e Secundário aos 184 municípios.	80%	100%	100%
Apoiar os 184 municípios para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. (1) (*)	184	184	184
Monitorar 34 hospitais-polo, nove hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte, para garantir de atendimento aos pacientes encaminhados pela Atenção Primária. (*)	112	107	107
Estruturar três redes temáticas: rede Cegonha, Urgência e Emergência e Psicossocial em 22 regiões. (*)	57	57	57
Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas. (*)	184	184	184
Ampliar a Rede de Atenção Psicossocial para as 22 regiões de Saúde do Estado do Ceará.	22	22	30
Implantar 10 Centros de especialidades Odontológicas.	10	9	14
Garantir a implementação de sete serviços de saúde do trabalhador e a implantação de 04 novos serviços especializados. (*)	2	2	2

(*) Essa meta não foi apresentada em 2012.

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 049 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA			
Inserir 320.000 trabalhadores no mercado de trabalho.	72.268	85.336	165.634
Realizar 48 pesquisas de emprego e desemprego	12	12	24
Habilitar 720.000 trabalhadores ao benefício de Seguro-desemprego.	122.360	202.004	385.355
Qualificar e requalificar 26.272 trabalhadores.	4.878	5.509	12.230
Qualificar 1.800 jovens em atividades empreendedoras. (*)	450	415	415
Qualificar 7.195 artesãos.	7.195	7.850	14.922
Apoiar 340 entidades artesanais e grupos produtivos.	85	290	404
Cadastrar 20.102 artesãos de acordo com as normas do Cadastro Nacional de Artesãos.	5.500	4.450	8.600
Realizar 9.000 operações de microcrédito.	3.500	9.241	10.241
Capacitar 10.000 microempreendedores.	5.800	5.800	10.380
PROGRAMA 050 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Prestar Assessoramento Técnico aos 184 Municípios.	100	102	286
Capacitar 7.380 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO.	1.771	4.933	5.834
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF nos 184 municípios, através dos CRAS.	148	148	251
Atender 156.550 famílias por meio do PAIF e do Estação Família.	41.014	41.000	41.000
Ampliar para 104 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	45	45	88
Atender 50.934 pessoas vítimas de violência nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS municipais e regionais.	50.934	44.697	44.697
Qualificar 5.242 adolescentes, jovens e agentes públicos.	1.233	1.233	1.233
Atender 100 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas.	25	90	90
Acolher e proteger socialmente 8.606 pessoas em situação de risco.	2.152	2.382	2.382
Qualificar 800 jovens com cursos profissionalizantes.	800	831	831
Atender 23.600 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros - PROARES.	14.930	10.540	21.005
Atender 17.000 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social - PROARES.	9.500	6.500	6.500

(*) Essa meta não foi apresentada e 2012.

Fonte: Mensagem à Assembléi Legislativa 2013 e 2014



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - CULTURA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 007 - INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ			
Realizar a Conferência Estadual de Cultura em Fortaleza	1	1	1
Realizar e apoiar 32 ações culturais regionais	8	8	16
Realizar e apoiar quarenta eventos do calendário cultural do Estado	10	10	18
Apoiar os cem novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará	100	51	100
Lançar 32 editais de incentivo às artes do Estado do Ceará, previstos pela Lei 13.811 do Sistema de Incentivo Estadual da Cultura - SIEC (oito ao ano para todo Estado).	8	6	6
Conceder 04 Prêmios Alberto Nepomuceno, de música, e 04 Prêmios Chico Albuquerque, de fotografia, para todo o Estado, por meio de seleção pública.	2	-	2
Apoiar 300 projetos de demandas espontâneas nos diversos segmentos culturais.	84	55	109

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - ESPORTE E LAZER			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 071 - ESPORTE, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER			
Implantar e monitorar 500 núcleos em todo Estado.	466	466	932
Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	46.600	48.388	94.988
Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	2.000	1.767	2.067
Capacitar 4.000 educadores esportivos	1.000	-	958
PROGRAMA 093 - INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER			
Construir, reformar e modernizar equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil habitantes.	10	4	4
Construir e manter 5 Vilas Olímpicas	5	5	5

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - JUSTIÇA E CIDADANIA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 077 - INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA			
Criar 43 novas unidades no Sistema Prisional	13	3	5
Matricular 9.200 presos e egressos nas turmas do ensino fundamental, médio e superior.	2.125	2.497	2.497
Qualificar profissionalmente 5.200 presos e egressos	1.527	957	957
Apoiar 4.000 presos e egressos a empregabilidade	833	492	492

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

O quadro a seguir demonstra que o Eixo Economia para uma Vida Melhor apresentou uma execução orçamentária de 45,14%. As Áreas Temáticas que demonstraram uma execução acima da média do Eixo foi Copa 2014 com 98,49%, Desenvolvimento Econômico com 78,09%, Meio Ambiente com 64,88%, Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária com 52,22% e Infraestrutura e Logística com 52,01%. As demais Áreas Temáticas do Eixo tiveram uma execução menor que 50% e a área que teve a menor execução foi a Aquicultura e Pesca com apenas 16,63%.

A Área Temática COPA 2014 tem como principal programa Promoção e Realização da Copa 2014 que apresentou uma execução orçamentária de 98,57%, porém sua participação nos recursos totais é de apenas 8,89%. Estando suas metas prioritárias atingidas.

Na Área Temática de Infraestrutura e Logística tinha recursos autorizados no valor de R\$ 2.253.290.734,08 e foi executado o montante de R\$ 1.171.855.046,39, representando 52,01% do total de recursos e sua participação no total de recursos empenhado é de 49,15%. Essa área tem como principal programa Transporte e Logística do Estado do Ceará, para onde foi destinado um maior volume de recursos, cerca de R\$ 1.963.650.789,36 e foi aplicado o montante de R\$ 948.301.338,56, representando 48,29% do valor autorizado. Apesar da baixa execução orçamentária o quadro da metas prioritárias demonstra que boa parte delas foram cumpridas. Desse modo, pode-se inferir que pode ter ocorrido um mal dimensionamento desses recursos ou das metas previstas.

Na Área Temática de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária foram aplicados recursos no valor de R\$ 397.699.072,44, ou seja, 52,22% do previsto. Pode-se destacar o programa de Desenvolvimento Agropecuário que empenhou recursos de R\$ 143.024.794,68, ou seja, executou 51,49% do valor previsto. Com isso, acarretou dificuldades no desempenho de algumas metas, conforme quadro das metas prioritárias apresentadas a seguir. Dentre essas metas, pode-se destacar o atendimento de 240.635 agricultores familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícola e de 30.082 agricultores familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica para a produção irrigada. Outro programa importante é o do Enfrentamento à Pobreza Rural para onde foram destinados R\$ 337.438.718,24, contudo executado o montante de R\$ 129.566.643,36, ou seja, 38,40%. Esse programa também foi prejudicado pela baixa execução orçamentária em algumas de suas metas prioritárias. Contudo, algumas metas foram executadas acima do previsto como podemos destacar a implantação de cisternas para o consumo humano, de 20.360 previstas para 2013, foram implantadas 31.302. E ainda, o benefício de 124.704 pessoas com distribuição de alimentos ficando bem acima do previsto que foi de 23.940.



Na Área Temática de Recursos Hídricos foi autorizado o montante de R\$ 533.786.249,36, porém o valor empenhado foi de apenas R\$ 149.705.656,76, ou seja, 28,05%. Seu programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água que tinha disponível o montante de R\$ 469.823.143,36 empenhou apenas R\$ 117.832.277,43, ou seja, 25,08%. Essa baixa execução orçamentária acabou prejudicando a performance de suas metas, conforme demonstrado no quadro adiante.

A Área Temática de Aquicultura e Pesca apresentou a execução orçamentária mais baixa, onde foram destinados recursos no montante de R\$ 29.147.799,89 e a execução foi de apenas R\$ 4.846.681,14. Sua participação no total dos recursos de eixo é ínfima, ou seja, abaixo de 1,00%.



QUADRO COM A EXECUÇÃO DO EIXO ECONOMIA PARA
UMA VIDA MELHOR COM SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E
PRINCIPAIS PROGRAMAS

R\$ 1,00

	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR	5.281.307.430,16	2.384.171.205,63	45,14%	100,00%
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	2.253.290.734,08	1.171.855.046,39	52,01%	49,15%
TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ	1.963.650.789,36	948.301.338,56	48,29%	39,77%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEINFRA E VINCULADAS	188.059.946,90	164.697.289,39	87,58%	6,91%
OUTROS PROGRAMAS	101.579.997,82	58.856.418,44	57,94%	2,47%
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA	761.518.438,07	397.699.072,44	52,22%	16,68%
ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	337.438.718,24	129.566.643,36	38,40%	5,43%
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	277.767.267,10	143.024.794,68	51,49%	6,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SDA E VINCULADAS	121.115.196,69	117.578.719,38	97,08%	4,93%
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	25.197.256,04	7.528.915,02	29,88%	0,32%
AQUICULTURA E PESCA	29.147.799,89	4.846.681,14	16,63%	0,20%
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA	26.126.218,17	2.065.005,77	7,90%	0,09%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SPA	3.021.581,72	2.781.675,37	92,06%	0,12%
RECURSOS HÍDRICOS	533.786.249,36	149.705.656,76	28,05%	6,28%
TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	469.823.143,36	117.832.277,43	25,08%	4,94%
ACUMULAÇÃO HÍDRICA	45.153.354,16	18.808.142,92	41,65%	0,79%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SRH E VINCULADAS	15.559.520,40	12.701.638,51	81,63%	0,53%
GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3.250.231,44	363.597,90	11,19%	0,02%
TURISMO	344.435.494,79	147.401.436,38	42,80%	6,18%
CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO "CEARÁ"	339.249.228,79	143.048.854,15	42,17%	6,00%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SETUR	5.186.266,00	4.352.582,23	83,93%	0,18%
DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	962.946.486,51	168.298.902,43	17,48%	7,06%
HABITACIONAL	327.665.142,12	38.767.004,81	11,83%	1,63%
SANEAMENTO AMBIENTAL	256.211.417,35	22.008.282,41	8,59%	0,92%
DESENVOLVIMENTO URBANO	240.201.131,08	84.053.247,72	34,99%	3,53%
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	127.025.668,25	13.820.964,94	10,88%	0,58%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CIDADES E VINCULADAS	10.873.494,20	8.908.519,04	81,93%	0,37%
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS CIDADES	969.633,51	740.883,51	76,41%	0,03%
MEIO AMBIENTE	72.431.177,14	46.995.022,22	64,88%	1,97%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CONPAM E VINCULADA	41.943.881,21	34.611.940,04	82,52%	1,45%
GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS E AMBIENTAIS	25.144.160,33	10.962.441,60	43,60%	0,46%
OUTROS PROGRAMAS	5.343.135,60	1.420.640,58	26,59%	0,06%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	105.332.496,47	82.256.501,87	78,09%	3,45%
INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO	95.801.956,47	76.512.441,69	79,87%	3,21%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CEDE E VINCULADAS	9.530.540,00	5.744.060,18	60,27%	0,24%
COPA 2014	218.418.553,85	215.112.886,00	98,49%	9,02%
PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014	215.104.361,85	212.026.273,56	98,57%	8,89%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECOPA	3.314.192,00	3.086.612,44	93,13%	0,13%

Fonte: SIOF/SEPLAG



Nos quadros a seguir são apresentadas as informações sobre as Áreas Temáticas e principais programas do Eixo Economia para uma Vida Melhor, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2013.

**QUADROS COM O DETALHAMENTO DAS METAS E
REALIZAÇÕES DE 2013 DO EIXO ECONOMIA PARA UMA VIDA
MELHOR SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E PRINCIPAIS
PROGRAMAS**

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 078 - INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO			
Implantar 105 empreendimentos de médio e grande porte	24	32	63
Implantar a Zona de Processamento de Exportação - ZPE do Pecém	1	1	1
Disponibilizar 341,0 hectares para implantação de empreendimentos industriais	341	11,2	163
Instalar cinco novas câmaras setoriais	1	2	2

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - AQUICULTURA E PESCA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 036 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA			
Distribuir 29.000.000 alevinos em 1.200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	7.000.000	1.309.000	1.309.000
Beneficiar 5.500 pescadores artesanais continentais.	1.200	1.463	7.963
Realizar 192 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura.	48	575	805
Capacitar 4.915 pescadores artesanais (sendo 600 para atuar na pesca em águas profundas e oceânicas).	1.437	425	425
Prestar assistência técnica a 9.569 pescadores e aquicultores.	2.085	979	1.320

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



ÁREA TEMÁTICA - TURISMO			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 075 - CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO DO "CEARÁ"			
Duplicar 203 quilômetros de estrada.	35	19,80	29,47
Implantar 02 aeroportos turísticos.	1	-	1
Realizar 1.200 eventos de negócios.	180	148	344
Capacitar 15.000 pessoas.	2.100	2.800	4.027
Participar de 200 eventos.	30	19	19
Recepcionar público visitante de 3,3 milhões nos equipamentos turísticos.	2	2	5

Fonte: Mensagem à Assembléia Legislativa 2013 e 2014



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO			
Beneficiar 130.000 agricultores(as) familiares com sementes e mudas.	130.000	108.015	233.825
Apoiar a implantação de 130.881 há de oleaginosas	14.794	10.727	42.762
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra	300.000	303.887	543.869
Comercializar 2.456.000 t de produtos hortigranjeiros	614.000	584.115	1.156.115
Vacinar 90% dos rebanhos bovinos e bubalinos contra febre aftosa	90%	94%	94%
Fiscalizar 384.000 trânsitos de animais e vegetais	96.000	61.616	159.549
Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	239.057	240.635	437.361
Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica para a produção irrigada.	24.192	30.082	58.358
Capacitar 55.364 agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos.	38.755	15.562	28.802
Implantar 7.200 quintais produtivos, mantidos por cisternas de enxurradas e barragens subterrâneas.	6.286	1.767	1.767
PROGRAMA 029- ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL			
Beneficiar 109.997 pessoas, diariamente, com distribuição do leite	100.000	61.589	141.828
Beneficiar 8.268 agricultores(as) familiares com aquisição de sua produção.	1.837	2.025	3.570
Beneficiar 107.730 pessoas com distribuição de alimentos.	23.940	124.704	246.856
Implantar 320 Casas Digitais.	80	20	86
Beneficiar 2.400 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa nacional do crédito Fundiário - PNCF.	662	220	518
Implantar 107.559 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais.	20.360	31.302	48.215
Implantar 1.543 sisternas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais.	12	34	84
Construir 12.000 kits sanitários.	380	64	151
Beneficiar 40.000 famílias rurais em situação de extrema pobreza por meio de atividades individuais e grupais de produção familiar (Plano Brasil Sem Miséria).	16.400	16.200	16.200
Atender a 159.356 famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária.	127.484	106.622	106.622

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - RECURSOS HÍDRICOS			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 039 - TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA			
Construir 407 km de adutoras.	407,00	214,89	367,14
Concluir 13,0 km de Eixos de Integração.	1	1	13,20
Instalar 780 pequenas sisternas de abastecimento d'água em todo Estado do Ceará.	158	46	174
Revitalizar 600 pequenas sisternas de abastecimento d'água em todo o Estado do Ceará.	182	7	272
Construir 970 poços em todo o Estado do Ceará.	220	340	575
PROGRAMA 040 - ACUMULAÇÃO HÍDRICA			
Construir 12 barragens aumentando a acumulação hídrica do Estado em 256 milhões de m ³ .	3	3	7

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

ÁREA TEMÁTICA - INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ			
Atender 506.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na RMF.	26.000	23.000	53.000
Atender 5.000 usuários/dia útil, ao final de 2015, na frota do Estado do Ceará.	2.000	1.500	2.550
Cadastrar 1.284.800 novos veículos, até 2015, na frota do Estado do Ceará.	260.000	194.170	404.759
Habilitar 424.340 novos condutores de veículos automotores até 2015, no Estado do Ceará.	110.000	129.384	246.272
Renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 790.650 condutores de veículos automotores, até 2015, no Estado do Ceará.	220.000	247.810	459.793
Sinalizar 3.460 km de vias pavimentadas nas rodovias estaduais do Ceará.	995	1.968	3.076
Promover 2.400 eventos educativos de trânsito (cursos, palestras e seminários).	620	600	1.082
Transportar 9.452 t/dia de carga de graneis líquidos.	2.285	4.925	6.329
Transportar 115.024 t/dia de carga de graneis sólidos.	30.410	8.985	12.321
Transportar 3.726 TEUS/dia (contêineres por dia).	858	5.028	5.453
Conservar 11.323,34 km de rodovias.	100%	100%	100%
Pavimentar (Implantar) 602,58 km de rodovias.	159	91	298,76
Ampliar/reformar 08 aeroportos regionais aeródromos.	2	2	4
Manter 13 aeroportos regionais/aeródromos.	85%	85%	85%

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



ÁREA TEMÁTICA - DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 031 - DESENVOLVIMENTO URBANO			
Urbanizar o trecho I - margem esquerda do Projeto Rio Maranguapinho.	100%	100%	100%
Executar 635 intervenções urbanas.	150	133	277
PROGRAMA 032 - SANEAMENTO AMBIENTAL			
Executar 51.848 ligações domiciliares de água.	12.470	53.372	123.298
Executar 163.199 ligações domiciliares de esgoto.	79.476	33.923	75.223
PROGRAMA 033 - HABITACIONAL			
Beneficiar 10.000 famílias com unidades habitacionais (CDHIS)(*).	4.000	3.140	6.311
Beneficiar 10.000 famílias com melhorias (reformas) habitacionais.	575	150	400
Beneficiar 10.000 famílias com fogões sustentáveis.	7.000	600	2.235
PROGRAMA 034 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Beneficiar 100 municípios com projetos de melhoria da gestão.	30	114	114
Beneficiar 100 municípios com instrumentos de planejamento urbano. (**)	100	46	46

(*) Não se incluem as unidades do projeto especial Rio Maranguapinho.

(**) Apesar de não haver programação em 2013 para esta meta, houve apresentação de resultados pelo IDECI

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

O Eixo Governo Participativo, Ético e Competente apresentou o maior percentual de execução orçamentária em relação aos outros Eixos, atingindo 89,36%, conforme apresentado no quadro adiante. A boa execução é beneficiada por uma característica desse Eixo que tem nas suas Áreas Temáticas o Programa de Gestão e Manutenção das unidades administrativas que corresponde a quase totalidade dos recursos.

Neste Eixo pode-se destacar a Área Temática de Planejamento e Gestão que foi contemplada com 50,15% dos recursos orçados e apresentou uma execução orçamentária de 87,96%. O seu principal programa é Gestão da Previdência Estadual que empenhou R\$ 2.188.548.251,22 e tem como meta prioritária agilizar a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e a gestão eficaz dos recursos.



Na Área Temática Governo e Sociedade foram executados recursos no montante de R\$ 376.854.188,79, correspondendo a 7,84% do total dos recursos aplicados nesse eixo. A execução de seus programas é coordenada pelo GABGOV, em conjunto com a Secretaria de Educação - SEDUC, Secretaria da Cultura - SECULT, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, Secretaria dos Esportes - SESPORTE e a Secretaria de Segurança e Defesa Social - SSPDS. Possui programas voltados para a juventude, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, promoção da igualdade racial, proteção e promoção dos direitos humanos e a prevenção integral ao uso de drogas e à dependência química. Dentre os diversos programas dessa área temática, destaca-se o programa Promoção da Juventude que executou recursos no montante de R\$ 55.368.968,25 e atendeu jovens na faixa de quinze a vinte nove anos. As metas prioritárias desse programa foram atendidas em sua maioria, como podemos destacar a oferta 6.000 vagas, em 67 municípios de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, meta 100% concluída. E ainda, a meta de inserir em 2013, 7.500 jovens no mercado de trabalho e que atingiu quantitativo de 10.804 jovens. A seguir será apresentado um quadro com as principais metas detalhadas.



**QUADRO COM OS RECURSOS DO EIXO GOVERNO
PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE DO ANO 2013**

R\$ 1,00

ÁREA DE ATUAÇÃO E PRINCIPAIS PROGRAMAS	ANO 2013			
	VALOR AUTORIZADO (R\$)	VALOR EMPENHADO (R\$)	PERCENTUAL EMPENHADO (%)	PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EMPENHADO (%)
EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE	5.377.204.689,79	4.804.996.471,85	89,36%	100,00%
PLANEJAMENTO E GESTÃO	2.739.551.685,21	2.409.829.480,60	87,96%	50,15%
GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL	2.319.904.677,10	2.188.548.251,22	94,34%	45,55%
COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL	181.554.333,54	2.664.646,83	1,47%	0,06%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEPLAG E VINCULADAS	113.711.732,70	107.256.595,51	94,32%	2,23%
GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	92.925.248,76	90.704.675,88	97,61%	1,89%
OUTROS PROGRAMAS	31.455.693,11	20.655.311,16	65,66%	0,43%
GESTÃO FISCAL	581.404.004,69	537.520.099,79	92,45%	11,19%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEFAZ E VINCULADA	512.403.079,03	508.981.486,61	99,33%	10,59%
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	39.473.549,51	3.189.068,55	8,08%	0,07%
OUTROS PROGRAMAS	29.527.376,15	25.349.544,63	85,85%	0,53%
CONTROLADORIA E OUVIDORIA	9.904.323,55	8.891.386,39	89,77%	0,19%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGE	7.982.118,26	7.704.031,06	96,52%	0,16%
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	1.402.365,29	1.116.439,85	79,61%	0,02%
CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL	519.840,00	70.915,48	13,64%	0,00%
CORREIÇÃO E DISCIPLINA	9.494.126,00	8.433.715,99	88,83%	0,18%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CGD	8.747.071,00	8.135.102,70	93,00%	0,17%
CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO	747.055,00	298.613,29	39,97%	0,01%
GOVERNO E SOCIEDADE	443.871.422,22	376.854.188,79	84,90%	7,84%
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	154.286.877,27	147.002.322,55	95,28%	3,06%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DIVERSOS ÓRGÃOS	128.381.175,80	115.675.297,28	90,10%	2,41%
PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	73.944.564,96	55.368.968,25	74,88%	1,15%
PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	55.353.319,42	35.967.899,29	64,98%	0,75%
OUTROS PROGRAMAS	31.905.484,77	22.839.701,42	71,59%	0,48%
JUDICIÁRIO	869.745.809,99	765.686.734,27	88,04%	15,94%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E VINCULADA	725.223.732,06	715.541.858,58	98,66%	14,89%
AÇÃO JUDICIÁRIA	142.732.418,00	49.489.246,69	34,67%	1,03%
SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA AOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO EM RAZÃO DE SUA ATIVIDADE JURISDICCIONAL	1.789.659,93	655.629,00	36,63%	0,01%
LEGISLATIVO E CONTROLE EXTERNO	485.757.307,66	467.997.427,53	96,34%	9,74%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ÓRGÃOS	413.509.580,58	395.839.916,88	95,73%	8,24%
OUTROS PROGRAMAS	72.247.727,08	72.157.510,65	99,88%	1,50%
ESSENCIAL À JUSTIÇA	237.476.010,47	229.783.438,49	96,76%	4,78%
GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGJ E VINCULADAS	228.417.090,47	227.344.381,86	99,53%	4,73%
OUTROS PROGRAMAS	9.058.920,00	2.439.056,63	26,92%	0,05%

Fonte: SIOF/SEPLAG



No quadro a seguir são apresentadas as informações sobre as Áreas Temáticas e principais programas do Eixo Governo Participativo, Ético e Competente, evidenciando suas realizações conforme as metas prioritárias estabelecidas para o exercício de 2013.

QUADRO COM O DETALHAMENTO DAS METAS E
REALIZAÇÕES DE 2013 DO EIXO GOVERNO PARTICIPATIVO,
ÉTICO E COMPETENTE DAS SUAS ÁREAS TEMÁTICAS E
PRINCIPAIS PROGRAMAS

ÁREA TEMÁTICA - PLANEJAMENTO E GESTÃO			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 001 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL			
Ofertar 84.000 oportunidades de participação em eventos socioeducativos e culturais.	21.000	35.144	67.971
Capacitar/formar 23.560 servidores dos diversos Órgãos do Estado.	5.890	6.355	11.745
Promover a participação de 1.600 servidores dos diversos órgãos do Estado em eventos de capacitação de curta duração (palestras, encontros, seminários, oficinas, fóruns e congressos).	400	1.521	6.283
Realizar 365.184 atendimentos de assistência médico-hospitalar.	91.296	89.639	180.379
Assistir 1.144.425 pessoas com assistência médica (consulta).	286.107	227.607	422.435

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado

ÁREA TEMÁTICA - GOVERNO E SOCIEDADE			
METAS PRIORITÁRIAS 2012 - 2015	PROGRAMADO 2013	REALIZADO 2013	REALIZADO ACUMULADO 2012 - 2013
PROGRAMA 021 - PROMOÇÃO DA JUVENTUDE			
GABGOV - Ofertar 6.000 vagas, em 67 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.	6.000	6.000	6.000
GABGOV - Estimular a ampliação, de 26 para 100, do número de Conselhos Municipais de Juventude.	65	18	18
GABGOV - Elaborar 03 instrumentos legais referentes à temática de política da juventude.	2	2	2
SEDUC - Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	106	105	289
SEDUC - Apoiar 100% das escolas que demandarem projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares.	100%	100%	100%
SECULT - Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e dez articuladores em 41 municípios de alto.	290	258	525
SECULT - Índice de Focalização de Agentes de Leitura - IFAL - apoiar quarenta projetos em todo o Estado.	10	10	10
STDS - Qualificar e requalificar 80.480 jovens trabalhadores.	19.570	15.450	26.430
STDS - Inserir 28.150 jovens trabalhadores no mercado de trabalho.	7.500	10.804	18.116
PROGRAMA 035 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APÓIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS			
Criar, produzir e veicular 120 campanhas/ações publicitárias.	30	39	69
Realizar 2.400 eventos governamentais	600	469	919
Apoiar dois projetos de gestão multissetorial.	2	2	2

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa 2013 e 2014

CAPÍTULO III

3. DA ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente capítulo compreende uma análise da execução orçamentária do Estado, com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Governamental por Resultados (S2GPR), por meio da ferramenta Serviço Modular da Administração dos Recursos do Tesouro (SMART), disponibilizado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Cumpre destacar que os números apresentados nas análises têm seus valores representados nominalmente, sem considerar o efeito da inflação.

3.1. Do Resultado Orçamentário

A Tabela a seguir demonstra as informações orçamentárias consolidadas, extraídas do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, com a exclusão dos valores da modalidade 91 na Despesa Orçamentária. Assim, a Receita Arrecadada alcançou o montante de R\$ 18.096.398,68 mil, enquanto a Despesa Empenhada atingiu a quantia de R\$ 17.604.617,51 mil, resultando num superávit orçamentário de R\$ 491.781,17 mil.

TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA
DO ESTADO DO CEARÁ, 2013
(Excluídas Modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA ARRECADADA	SALDO A REALIZAR
RECEITAS CORRENTES	16.673.313,53	16.234.031,34	439.282,19
RECEITAS DE CAPITAL	2.784.179,49	1.862.367,34	921.812,14
TOTAL DAS RECEITAS	19.457.493,02	18.096.398,68	1.361.094,34
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO
DESPESA CORRENTE	15.415.257,21	14.514.630,98	900.626,22
DESPESA DE CAPITAL	6.605.562,23	3.089.986,53	3.515.575,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	22.020.819,44	17.604.617,51	4.416.201,92
Déficit\Superávit	-2.563.326,42	491.781,17	-3.055.107,59
TOTAL GERAL	24.584.145,85	17.112.836,34	7.471.309,51

Fonte: S2GPR-SEFAZ



Verifica-se na análise da Tabela anterior, um *déficit* de previsão, no valor de R\$2.563.326,42 mil, como resultado do desequilíbrio entre a previsão atualizada de receitas e a dotação atualizada de despesas, isso pode ser explicado com a abertura de créditos suplementares ou especiais abertos no exercício com recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de exercícios anteriores, conforme previsto no artigo 43 da Lei 4320/64, no caso em 2012 o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial foi de R\$ 970.140.305,50 valor esse que não é computado como Receita Orçamentária do exercício, pois já o foi no ano em que o ingresso de recursos ocorreu. Na execução do orçamento, as receitas arrecadadas apresentaram um valor de R\$ 18.096.398,68 mil, ou seja, 7% menor que o previsto (19.457.493,92 mil), enquanto as despesas empenhadas, no valor de R\$ 17.604.617,81 mil, resultaram numa economia orçamentária de 20,05% em relação à dotação atualizada (R\$ 22.020.819,44 mil). A economia orçamentária e a realização da receita foram suficientes para absorver o desequilíbrio do orçamento atualizado, resultando num *superávit* de R\$ 491.781,17 mil.

3.2. Das Receitas

A Tabela a seguir demonstra uma comparação entre a Receita Prevista e a Realizada por categoria e origem. O percentual de realização da Receita, em 2013, foi de 105,67%. A análise da composição, por categoria, verifica que as Receitas Correntes se realizaram num patamar de 113,20% e as Receitas de Capital em 66,89%.

TABELA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA DE
RECEITA, ESTADO DO CEARÁ, 2013

(R\$ 1.000,00)

CATEGORIA/ORIGEM	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO	COMPOSIÇÃO DO TOTAL REALIZADO
RECEITAS CORRENTES	16.673.313,53	16.234.031,34	97,37%	89,71%
Receita Tributária	8.753.964,45	8.833.551,77	100,91%	48,81%
Receita de Contribuições	452.973,09	452.139,13	99,82%	2,50%
Receita Patrimonial	273.019,52	562.650,02	206,08%	3,11%
Receita de Serviços	20.638,53	47.673,95	230,99%	0,26%
Transferências Correntes	6.685.748,49	5.902.878,02	88,29%	32,62%
Outras Receitas Correntes	486.969,45	435.138,46	89,36%	2,40%
RECEITAS DE CAPITAL	2.784.179,49	1.862.367,34	66,89%	10,29%
Operações de Crédito	1.456.773,32	1.190.525,23	81,72%	6,58%
Alienação de Bens	142,77	1.791,92	1255,12%	0,01%
Transferências de Capital	1.324.146,65	669.955,81	50,60%	3,70%
Outras Receitas de Capital	3.116,74	-	0,00%	0,00%
Amortização de Empréstimos	-	94,38	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	19.457.493,02	18.096.398,68	93,00%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Analisando a categoria das Receitas Correntes, que participam de 89,71% da composição total da receita realizada, pode-se destacar que a Receita Tributária e as Transferências Correntes são as origens que apresentam maior relevância em relação à composição total da receita, sendo suas participações percentuais de 48,84% e 32,58%, respectivamente. A Receita de Serviços apresentou um nível de realização mais elevado, de 229,24%, contudo sua participação é mínima no montante total das receitas, ou seja, 0,26%.

Quanto as Receitas de Capital representam apenas 10,29% da composição total da Receita Realizada. Sua principal receita decorre de Operações de Crédito, que em 2013 participa de 6,58% do total da receita realizada, tendo uma realização de 81,72% do total previsto.

3.3. Das Despesas

No decorrer das explanações serão tratados diversos aspectos das Despesas, tais como: recursos autorizados e as execuções orçamentárias correspondentes.

3.3.1. Das Despesas por Poder e Fonte

Na Tabela seguinte, que trata da execução orçamentária das Despesas, observa-se que a execução orçamentária total, englobando todos os Poderes e o Ministério Público, em 2013, representou 79,95% do valor orçado, superior ao ano anterior quando obteve um nível de execução de 78,78%. O maior volume de recursos foi aplicado pelo Poder Executivo, representando 91,69% do total dos gastos do Governo, enquanto o Judiciário representou 4,35%, o Legislativo 2,66% e o Ministério Público 1,31%.

**TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR
PODER E FONTE, ESTADO DO CEARÁ, 2013**
(excluídas modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

PODER/ÓRGÃO	GRUPO FONTE	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (A/B)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
Executivo		20.427.840,31	16.141.149,91	79,02%	91,69%
	Tesouro	15.057.267,16	13.859.887,40	92,05%	78,73%
	Outras Fontes	5.370.573,14	2.281.262,52	42,48%	12,96%
Judiciário		869.745,81	765.686,73	88,04%	4,35%
	Tesouro	649.773,09	647.182,85	99,60%	3,68%
	Outras Fontes	219.972,72	118.503,89	53,87%	0,67%
Legislativo		485.757,31	467.997,43	96,34%	2,66%
	Tesouro	476.126,35	467.675,28	98,23%	2,66%
	Outras Fontes	9.630,96	322,15	3,34%	0,00%
Ministério Público		237.476,01	229.783,44	96,76%	1,31%
	Tesouro	229.791,01	229.112,29	99,70%	1,30%
	Outras Fontes	7.685,00	671,15	8,73%	0,00%
Total Geral		22.020.819,44	17.604.617,51	79,95%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Ao comparar o valor empenhado com o valor autorizado, verifica-se que o Poder Executivo apresentou um percentual de execução das despesas correspondente a 79,02% do valor autorizado, enquanto os demais poderes ficaram mais próximos de 100%.

O Poder Executivo teve uma menor execução devido à baixa realização das despesas previstas, no grupo “Outras Fontes”, o qual empenhou apenas 42,48% do valor previsto no orçamento. No Poder Judiciário (53,87%), no Poder Legislativo (3,34%) e no Ministério Público (8,73%). Desse modo, apesar dos Poderes Executivo e Judiciário apresentarem uma baixa execução quando se analisa o valor global desse grupo, em relação aos demais poderes a execução foi satisfatória.

Na Tabela seguinte, destaca-se a execução orçamentária, em 2013, por fonte de recursos, oferecendo condições da comparação dos recursos autorizados. Inicialmente, pode-se constatar que os recursos do Tesouro, que representam uma participação de 92,63% do total de recursos, obtiveram uma execução orçamentária de 86,36%.

**TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR
GRUPO/FONTE, ESTADO DO CEARÁ, 2013**
(Excluídas Modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

GRUPO FONTE	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (A/B)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
Tesouro	16.412.957,61	15.203.857,81	92,63%	86,36%
Outras Fontes	5.607.861,83	2.400.759,70	42,81%	13,64%
Total Geral	22.020.819,44	17.604.617,51	79,95%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

Os recursos oriundos de 'Outras Fontes' tiveram uma execução orçamentária baixa, de 42,81%, contudo sua participação no total dos recursos corresponde apenas 13,64%.

3.3.2. Da Despesa por Função

A Tabela seguinte mostra a análise da execução da despesa do exercício de 2013, de acordo com as funções de governo, classificadas conforme a Portaria nº 42/1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e agrupadas de acordo com a área de atuação.



TABELA - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO,
ESTADO DO CEARÁ, 2013
(Excluídas Modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

2013				
GRUPO DE FUNÇÃO	AUTORIZADO	EMPENHADO	PERCENTUAL EMPENHADO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL EMPENHADO
Legislativa, Judiciária e Essencial á Justiça	1.632.126,14	1.504.301,99	92,17%	8,55%
Legislativa	460.269,05	451.681,77	98,13%	2,57%
Judiciária	869.663,31	765.638,41	88,04%	4,35%
Essencial á Justiça	302.193,78	286.981,82	94,97%	1,63%
Administração Geral	1.185.197,68	913.299,67	77,06%	5,19%
Desenvolvimento Social	12.090.134,29	9.819.806,35	81,22%	55,78%
Segurança Pública	1.548.350,26	1.462.619,52	94,46%	8,31%
Assistência Social	220.358,06	177.652,45	80,62%	1,01%
Previdência Social	2.329.183,19	2.188.629,59	93,97%	12,43%
Saúde	2.786.481,60	2.356.537,96	84,57%	13,39%
Educação	2.743.233,14	2.472.520,83	90,13%	14,05%
Cultura	93.921,30	65.858,23	70,12%	0,37%
Direitos da Cidadania	416.817,90	330.675,59	79,33%	1,88%
Urbanismo	409.742,88	138.501,15	33,80%	0,79%
Habitação Saneamento	330.678,87	42.537,54	12,86%	0,24%
Organização Agrária	25.206,18	9.420,13	37,37%	0,05%
Saneamento	773.330,58	268.564,00	34,73%	1,53%
Desporto e Lazer	412.830,32	306.289,35	74,19%	1,74%
Recursos Naturais e Meio Ambiente	155.252,91	99.989,98	64,40%	0,57%
Gestão Ambiental	155.252,91	99.989,98	64,40%	0,57%
Infraestrutura	2.143.529,47	1.076.518,30	50,22%	6,12%
Comunicação	24.905,86	16.352,28	64,40%	0,09%
Energia	11.157,42	9.582,33	50,22%	0,05%
Transporte	2.107.466,19	1.050.583,69	65,66%	5,97%
Desenvolvimento Econômico	1.355.789,45	803.659,02	59,28%	4,57%
Trabalho	86.130,12	66.904,14	49,85%	0,38%
Ciência e Tecnologia	171.815,13	129.343,98	59,28%	0,73%
Agricultura	764.022,78	393.233,63	77,68%	2,23%
Indústria	145.893,38	122.465,04	75,28%	0,70%
Comércio e Serviços	187.928,04	91.712,22	51,47%	0,52%
Subtotal	18.562.029,94	14.217.575,32	76,59%	80,76%
Encargos Especiais	3.458.789,50	3.386.555,45	97,91%	19,24%
TOTAL GERAL	22.020.819,44	17.604.130,77	79,94%	100,00%

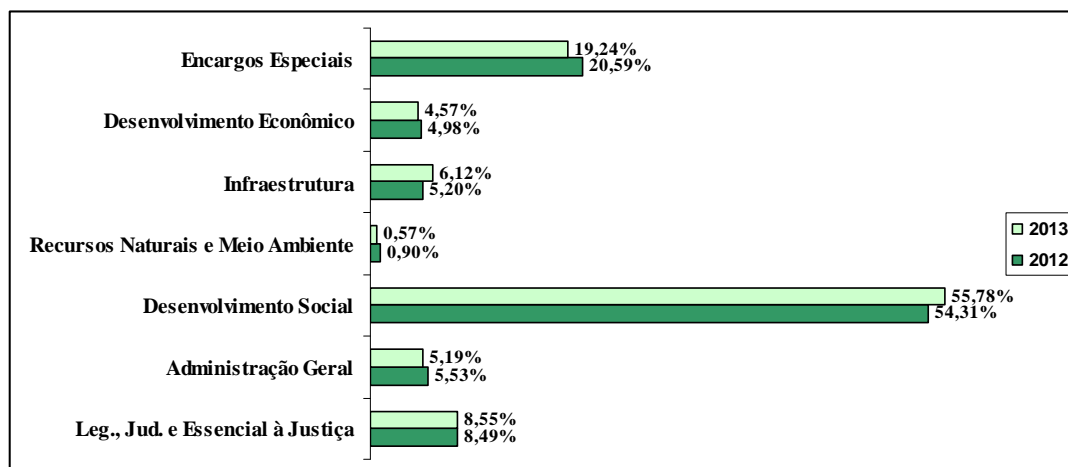
Fonte: S2GPR-SEFAZ

Identifica-se na Tabela anterior, que em 2013 o maior volume de gastos do Governo ocorreu na área de ‘Desenvolvimento Social’, na qual foi aplicado um montante de R\$ 9.819.806,35 mil, o equivalente a 55,78% do total dos gastos, sendo esses recursos empregados principalmente nas funções ‘Segurança Pública’, ‘Previdência Social’, e ‘Educação’. A execução orçamentária dessa área em relação ao autorizado foi de 81,22%.

A área que contempla as funções Legislativa, Judiciária e Essencial à Justiça apresentou uma execução de 92,17%. Pode-se destacar, ainda, a Administração Geral com um percentual de 77,06%. A área que apresenta o percentual de execução mais baixa é Infraestrutura, com apenas 50,22%, contudo sua participação no total também é pequena representando 6,12% do total empenhado.

Ao analisar os gastos empenhados por áreas de atuação nos anos de 2012 e 2013, conforme Gráfico seguinte, pode-se constatar que a área de Desenvolvimento Social apresentou um aumento de 1,47%, que pode ter ocorrido devido ao aumento da execução orçamentária.

**GRÁFICO - DOS GASTOS EMPENHADOS POR ÁREAS DE
ATUAÇÃO, ESTADO DO CEARÁ, 2012 E 2013**
(excluídas modalidade 91)



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Já os Encargos Especiais apresentaram uma diminuição de 1,35%, passando de 20,59%, em 2012, para 19,24% em 2013.

3.3.3. Da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza das Despesas

A Tabela seguinte mostra o detalhamento da despesa por categoria econômica e grupo de natureza das despesas, comparando o percentual empenhado em relação ao autorizado, bem como a composição do valor empenhado.

TABELA - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR
CATEGORIA DE DESPESA, ESTADO DO CEARÁ, 2013
(excluídas modalidade 91)

(R\$ 1.000,00)

CATEGORIA/GRUPO	AUTORIZADO (A)	EMPENHADO (B)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (%) (B/A)	PARTICIPAÇÃO EM PERCENTUAL
DESPESAS CORRENTES	15.415.257,21	14.514.630,98	94,16%	82,45%
Pessoal e Encargos Sociais	7.808.578,70	7.530.256,90	96,44%	42,77%
Juros e Encargos da Dívida	252.588,02	246.480,20	97,58%	1,40%
Outras Receitas Correntes	7.354.090,49	6.737.893,88	91,62%	38,27%
DESPESAS DE CAPITAL	6.605.562,23	3.089.986,53	46,78%	17,55%
Investimentos	5.733.731,06	2.239.122,06	39,05%	12,72%
Inversões Financeiras	334.384,24	323.191,16	96,65%	1,84%
Amortização	537.446,93	527.673,31	98,18%	3,00%
RESERVA DE CONTIGÊNCIAS	0,00	-	0,00%	0,00%
Reserva de Contingências	0,00	-	0,00%	0,00%
TOTAL GERAL	22.020.819,44	17.604.617,51	79,95%	100,00%

Fonte: S2GPR-SEFAZ

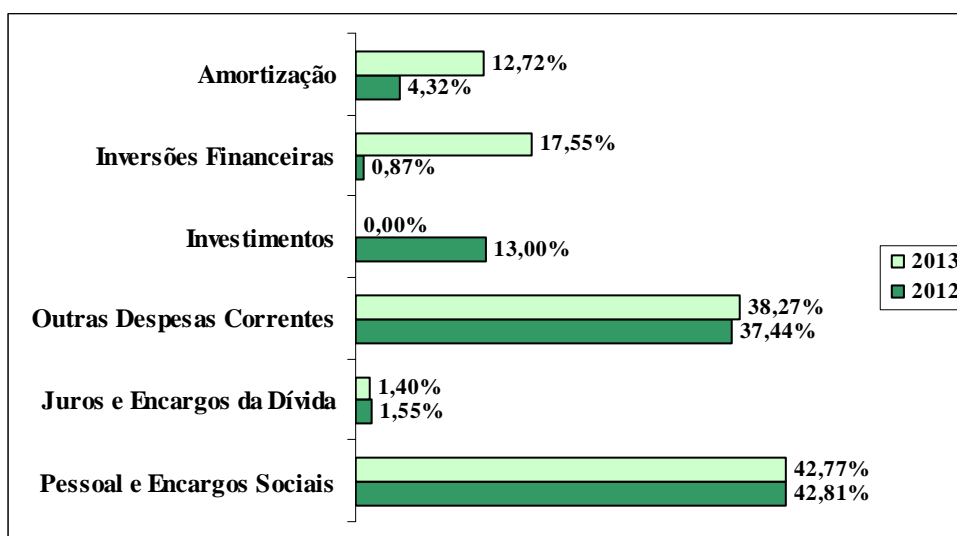
Quando comparado o valor autorizado com o total empenhado verifica-se o percentual de execução de 79,95%. As Despesas Correntes atingiram um percentual de 94,16% e as Despesas de Capital foram empenhadas em montante de 46,78%.

Na Tabela anterior as Despesas Correntes, as quais representam essencialmente os gastos necessários à manutenção dos serviços públicos, incluindo pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, respondem por 82,45% do total dos gastos efetuados, sendo que os gastos com pessoal e encargos sociais representam 42,77% do total dos gastos.

As Despesas de Capital, as quais constituem desembolsos vinculados à expansão das atividades do Estado, representaram 17,55% do total. Nesta categoria, os Investimentos representam 12,72% do total dos dispêndios, todavia apresentam a execução orçamentária mais baixa de todos os grupos, apenas 39,05%.

O Gráfico a seguir apresenta a composição das Despesas Empenhadas e uma comparação percentual entre os gastos empenhados nos exercícios de 2012 e 2013.

**GRÁFICO - PERCENTUAL DOS GASTOS
EMPENHADOS POR GRUPO DE DESPESA, ESTADO DO CEARÁ,
2012 E 2013**
(excluídas modalidade 91)



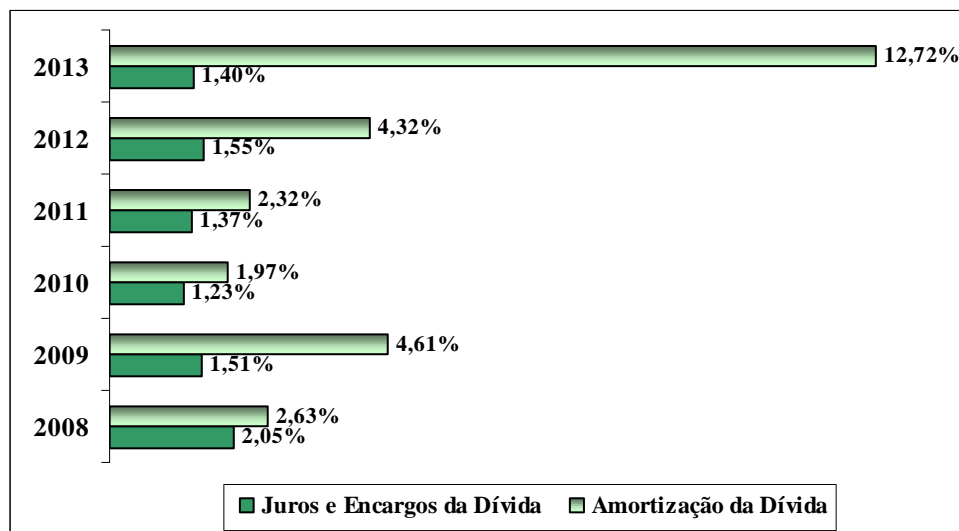
Fonte: S2GPR-SEFAZ

O Gráfico anterior demonstra, quanto à composição das Despesas Correntes, que o grupo 'Pessoal e Encargos Sociais' permaneceu sem mudança significativa, passando de um percentual de 42,81%, em 2012, para 42,77% em 2013.

Quanto aos Grupos 'Amortizações da Dívida' e 'Juros e Encargos da Dívida' que, juntos, constituem o que se chama de Serviço da Dívida, os mesmos representavam 14,12% (12,72% + 1,40%) dos gastos em 2013, aumentando em relação ao patamar de 5,87% (4,32% + 1,55%) em 2012, conforme demonstrado no Gráfico 7.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO PERCENTUAL DOS
SERVIÇOS DA DÍVIDA, ESTADO DO CEARÁ, 2008 A 2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Conforme demonstrado no Gráfico anterior, comparando-se o estoque da Dívida Consolidada Líquida, que apresentou um montante de R\$ 3.360.363 mil, no ano de 2012, verifica-se um incremento em termos percentuais de 17,27%, em 2013. Cabe destacar, que mesmo com essa elevação do estoque da dívida, em 2013, pode-se inferir a situação fiscal confortável do Estado quanto ao seu endividamento, haja vista que representa apenas 29,45% da Receita Corrente Líquida (RCL), distante do limite máximo, de 200% da RCL, permitido pelo inciso I do artigo 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 2000.

3.4. Da Análise dos Indicadores da Execução Orçamentária

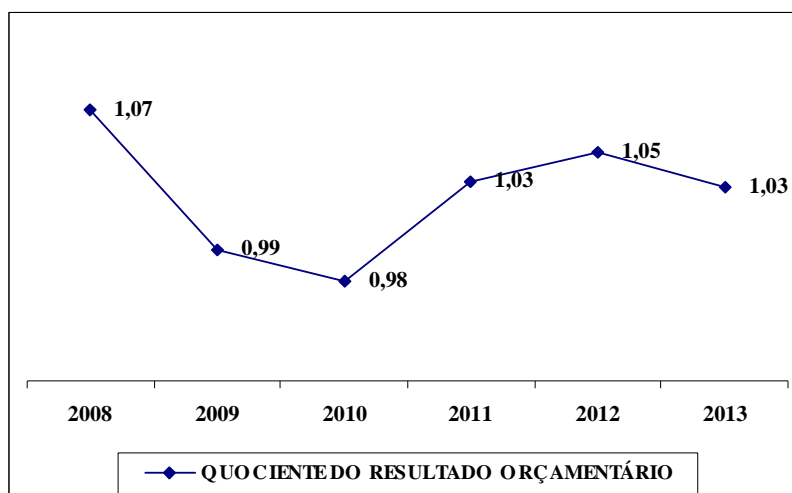
3.4.1. Quociente do Resultado Orçamentário

Este quociente visa demonstrar se a Receita Realizada foi suficiente para cobrir a Despesa Executada. Quando o quociente for superior a 1,00 demonstra um *superávit* orçamentário de execução e quando este é inferior, mostrar a existência de um *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico seguinte demonstra que, no período de 2009 a 2010, a execução orçamentária apresentou *déficit*, porém de 2011 a 2013 ocorreu uma recuperação apresentando em 2013 o indicador de R\$ 1,03, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada o Estado arrecadou apenas R\$ 1,03 de receita.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO
DO ESTADO DO CEARÁ, 2008-2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

Essa situação indica a existência de um superávit orçamentário na execução e movimentação financeira, como pode se verificar na Tabela da execução orçamentária consolidada demonstrada anteriormente.

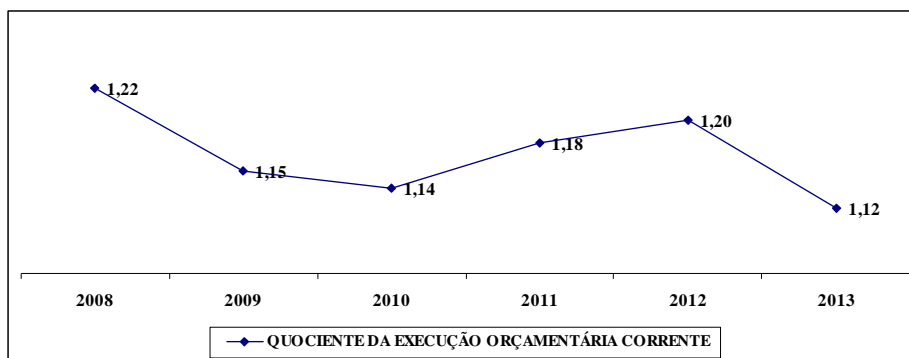
3.4.2. Quociente da Execução Orçamentária Corrente

Este quociente visa demonstrar se a Receita Corrente Realizada é suficiente para cobrir a Despesa Corrente Executada. Quando o quociente da Receita Corrente Realizada é maior que 1,00 constata-se um *superávit* orçamentário de execução e quando este é inferior demonstra a existência de *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico a seguir evidencia que, nos exercícios de 2008 a 2013, a execução orçamentária corrente foi superior a 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa executada o Estado possui mais R\$ 1,00 de receita realizada. No ano de 2013, o Estado apresentou uma Receita Corrente realizada de R\$ 16.228.154,90 mil para fazer face a uma Despesa Corrente empenhada no valor de R\$ 14.514.630,98 mil, gerando um *superávit* corrente de R\$ 1.713.523,90 mil.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA CORRENTE DO ESTADO DO CEARÁ, 2008-
2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

A análise da evolução do indicador, no período de 2008 a 2013, mostra uma redução do *superávit*, que no último exercício aproxima-se de 1,00.

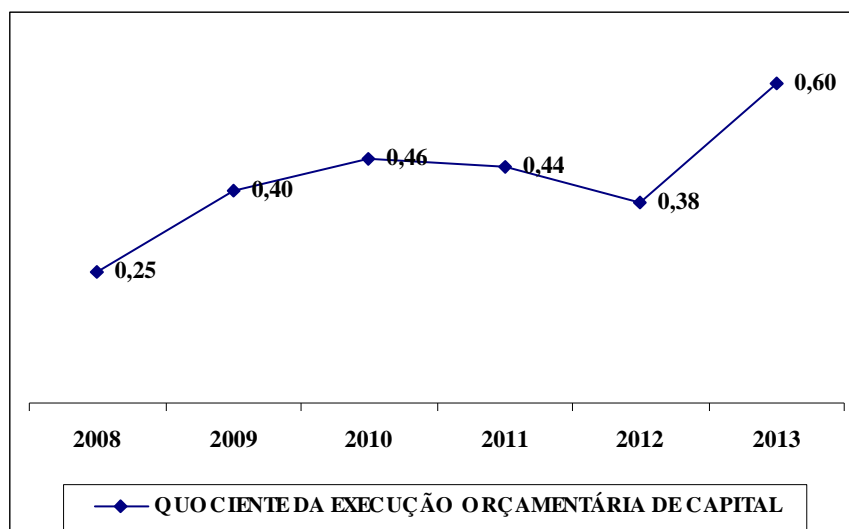
3.4.3. Quociente da Execução Orçamentária de Capital

Este quociente visa demonstrar se a Receita de Capital Realizada é suficiente para cobrir a Despesa de Capital Executada. Quando a Receita de Capital Realizada é maior que 1,00, isto, demonstra um *superávit* orçamentário de execução e quando é inferior, mostra a existência de um *déficit* orçamentário de execução.

O Gráfico seguinte demonstra que, no período de 2008 a 2013, a execução orçamentária de capital foi sempre inferior a 1,00, ou seja, para cada R\$ 1,00 de despesa de capital executada, o Estado possui menos de R\$ 1,00 de receita de capital realizada.



GRÁFICO - DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ, 2008-
2013



Fonte: S2GPR-SEFAZ

No ano de 2013 o Estado apresentou uma Receita de Capital realizada de R\$ 1.862.296,99 mil em face da Despesa de Capital empenhada de R\$ 3.089.986,53 mil, gerando um *déficit* de capital de R\$ 1.227.689,54 mil. Entretanto o *superávit* corrente foi de R\$ 1.713.523,92 mil, ocorrendo um *superávit* de R\$ 485.834,38 mil.

CAPÍTULO IV

4. DA GESTÃO FISCAL

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados dos exames realizados nos demonstrativos integrantes do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e respectivos anexos, do período de janeiro a dezembro de 2013, com vistas a verificar a conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria nº. 637, de 18 de outubro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que aprovou a 5ª edição do Manual de demonstrativos Fiscais, a fidedignidade das informações integrantes dos demonstrativos, bem como a consecução das metas fiscais estabelecidas na legislação.

4.1. Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal

O art. 52 da LRF determina que o Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, sendo publicado pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, conforme determina a Constituição Federal, em seu § 3º do art. 165, sendo composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o Balanço Orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas, e o Demonstrativo de Execução das Receitas (por categoria econômica e fonte) e das despesas (por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção).

O art. 54 da LRF define que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu art. 20, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, abrangendo todas as variáveis imprescindíveis à consecução das metas fiscais e à observância dos limites fixados para despesas e dívida. O § 2º do art. 55 estabelece que o relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

De acordo com a verificação efetuada no Diário Oficial do Estado, os relatórios em referência foram regularmente publicados, apresentando, entretanto, dados preliminares para o último período. De forma a enriquecer as análises, a seguir apresentadas, foram utilizados os demonstrativos apresentados pela SEFAZ com dados definitivos, e ainda não publicados até a conclusão dos trabalhos.

4.2. Dos Gastos com Saúde

O art. 198 da Constituição Federal, § 2º, alterado pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13/9/2000, estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados, no caso dos Estados e do Distrito Federal, sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, a e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O § 3º do art. 198 determinou que Lei Complementar estabeleceria os percentuais a serem aplicados e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a área da Saúde. Nesse sentido, foi publicada a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

O Art. 6º da Lei Complementar nº 141 estabelece que os Estados e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% (doze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, a alínea “a” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

O quadro a seguir apresenta os dados sobre os gastos com Saúde em 2013:



QUADRO DOS GASTOS COM SAÚDE/RECEITA LÍQUIDA DE
IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS

		(R\$ 1,00)
ESPECIFICAÇÃO	2013	%
I. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (RLIT)	12.527.320.087	100,00%
(+) Impostos	9.766.882.329	77,96%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos dos Impostos	66.555.399	0,53%
(+) Dívida Ativa dos Impostos	92.040.144	0,73%
(+) Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	12.828.519	0,10%
(+) Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	4.941.920.621	39,45%
(-) Transferências a Municípios	(2.352.906.925)	-18,78%
II. DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE (II=II.1 + II.2)	1.795.135.998	100,00%
II.1 Despesas Total por Subfunção ¹	2.305.214.331	128,41%
. Atenção Básica	34.069.053	1,90%
. Assistência Hospitalar e Ambiental	1.244.216.358	69,31%
. Suporte Profilático e Terapêutico	126.119.331	7,03%
. Vigilância Sanitária	21.824.338	1,22%
. Vigilância Epidemiológica	27.794.674	1,55%
. Outras Subfunções	851.190.577	47,42%
II.2 (-) Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados a Saúde	(545.230.707)	-30,37%
. Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	(529.446.940)	-29,49%
. Recursos de Operações de Crédito	(8.298.347)	-0,46%
. Outros Recursos	(7.485.420)	-0,42%
II.3 (-) Despesas c/ Assistência à Saúde que não atende ao princípio de acesso universal	(94.438.272)	-5,26%
III. Restos a Pagar de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (cancelados em 2013)	129.590.646	7,22%
IV. % DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE SOBRE A RLIT	14,33%	
. Percentual Mínimo a Aplicar	12,00%	
. Percentual Aplicado Além do Mínimo	2,33%	
V. VALOR APLICADO ALÉM DO MÍNIMO	291.857.588	

Fonte: RREO Dez/2013

¹ Os valores apresentados na Despesa Total por Subfunção engloba as Fontes do Tesouro, as Especiais e Outras Fontes. Essas duas últimas classes de fontes estão excluídas posteriormente no campo "Despesas Custeadas com Outros Recursos Destinados a Saúde", conforme preconiza o Demonstrativo proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



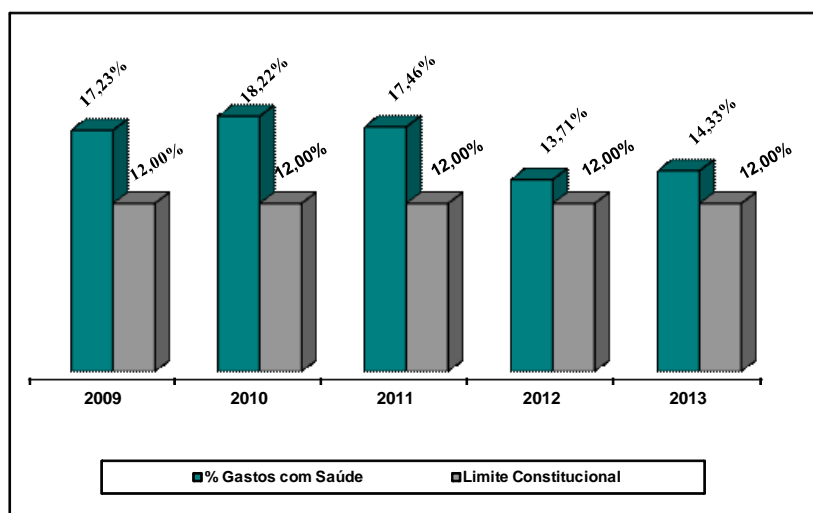
De acordo com o demonstrativo acima, o Estado aplicou 14,33% da RLIT em despesas próprias de Saúde, atendendo ao limite mínimo de 12,00% estabelecido na supracitada legislação, ultrapassando o percentual em 2,33%, o que equivale a um valor de R\$291.857.588.

O gráfico a seguir mostra os percentuais aplicados da RLIT em despesas próprias de Saúde nos últimos 5 anos, evidenciando que o Estado vem cumprindo rigorosamente o limite mínimo de 12%, previsto na legislação.

**QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM SAÚDE DO
PERÍODO DE 2009 A 2013**

					(R\$ 1.,00)
Gastos com Saúde	2009	2010	2011	2012	2013
Gastos com Saúde	1.220.637.845	1.434.315.660	1.600.158.098	1.541.149.530	1.795.135.998
Receita Líquida de Impostos e Transferências RLIT - Saúde	7.085.423.739	7.870.405.664	9.163.686.970	11.242.657.404	12.527.320.087
% Gastos com Saúde	17,23%	18,22%	17,46%	13,71%	14,33%
Limite Constitucional	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%	12,00%
Fonte: RREO Dez/2013					

**GRÁFICO COM EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE
GASTOS APLICADOS COM SAÚDE**



Fonte: RREO DEZ/2013

4.3. Das Despesas com Educação

4.3.1. Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Os artigos 212, da Constituição Federal, e 216, da Constituição Estadual, determinam que o Estado deva aplicar, no mínimo, 25% da Receita resultante de Impostos e Transferências na manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

De acordo com o demonstrativo a seguir, o Estado aplicou 27,86% da RLIT em despesas próprias com educação, superando em 2,86% o limite mínimo estabelecido nas Constituições Federal e Estadual.

O quadro a seguir mostra dados sobre os Gastos com Educação em 2013.



QUADRO DO DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM
EDUCAÇÃO

	(R\$ 1,00)
RECETA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	
01. RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	14.880.228.184,18
Receita de Impostos	9.938.306.390,95
Receita de Transferências Constitucionais e Legais	4.941.921.793,23
02. DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	2.352.906.924,53
Receitas Transferidas aos Municípios	2.352.906.924,53
03. RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 - 2)	12.527.321.259,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.748.248,31
05. ENSINO FUNDAMENTAL	40.347.633,53
06. ENSINO MÉDIO	53.014.822,36
07. ENSINO SUPERIOR	296.712.214,17
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	234.268.562,82
09. EDUCAÇÃO BÁSICA	1.355.758.540,41
10. OUTRAS SUBFUNÇÕES	392.264.984,33
11. DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL	(1.103.972.835,22)
12. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9+10-11)	3.479.087.841,15
13. MÍNIMO DE 25% DAS RECETAS RESULT. DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (12 / 3)	27,77%
Fonte: SEFAZ/RREO	

Verifica-se, conforme exposto no quadro e no gráfico a seguir, que o Estado vem cumprindo anualmente o percentual mínimo de aplicação em gastos com Educação.

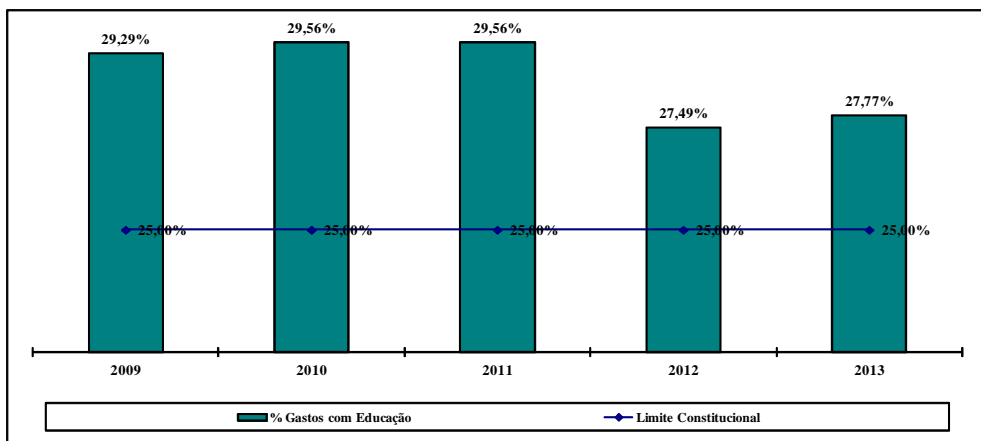


QUADRO DA EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM EDUCAÇÃO DE
2009 A 2013

	(Em R\$ 1,00)				
Gastos com Educação	2009	2010	2011	2012	2013
Gastos com Educação	2.259.256.609	2.619.801.395	2.619.801.395	3.090.731.578	3.479.087.841
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT - Educação	7.714.449.310	8.863.217.475	8.863.217.475	11.242.657.588	12.527.321.260
% Gastos com Educação	29,29%	29,56%	29,56%	27,49%	27,77%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

Fonte: SEFAZ/RREO

GRÁFICO COM EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS DE
GASTOS APLICADOS COM EDUCAÇÃO



Fonte: RREO DEZ/2013

O quadro a seguir demonstra os recursos que são utilizados para despesas com ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino, onde se pode observar que destacam-se os gastos aplicados em Educação Básica (57,08%), no Ensino Superior (12,49%) e em Ensino Profissional não integrado ao Ensino Regular (9,86%).



QUADRO DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO

		(R\$ 1,00)
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		(%)
04. EDUCAÇÃO INFANTIL	2.748.248,31	0,12%
05. ENSINO FUNDAMENTAL	40.347.633,53	1,70%
06. ENSINO MÉDIO	53.014.822,36	2,23%
07. ENSINO SUPERIOR	296.712.214,17	12,49%
08. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	234.268.562,82	9,86%
09. EDUCAÇÃO BÁSICA	1.355.758.540,41	57,08%
10. OUTRAS SUBFUNÇÕES	392.264.984,33	16,52%
11. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (4+5+6+7+8+9+10)	2.375.115.005,93	100,00%
Fonte: SEFAZ/RREO		

4.3.2. Do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, estabelece que até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação da citada Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

O art. 1º da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, instituiu, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil, nos termos do **art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT**.

O inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, define que uma proporção, não inferior a sessenta por cento (60%) dos recursos do FUNDEB, será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.



Em consonância com a Constituição Federal, o art. 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, estabelece que pelo menos sessenta por cento (60%) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

O quadro seguinte mostra os montantes pertinentes a essas informações do FUNDEB no exercício de 2013.

**QUADRO COM DEMONSTRATIVO DOS
RECURSOS DO FUNDEB DO ANO DE 2013**

	(R\$ 1,00)
RECEITAS DO FUNDEB	
1. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB PELO ESTADO	2.307.684.864,40
2. RECEITAS DO FUNDEB NO ESTADO	1.193.287.884,83
2.1 Transferências de Recursos do FUNDEB	903.082.506,48
2.2 Complementação da União do FUNDEB	285.414.615,24
2.3 Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB	4.790.763,11
3. RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (2.1-1)	(1.404.602.357,92)
4. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	968.911.109,94
Com Ensino Fundamental	-
Com Ensino Médio	-
Com Educação Básica	806.140.318,27
Outras	162.770.791,67
5. OUTRAS DESPESAS	231.011.856,78
Com Ensino Fundamental	916.068,30
Com Ensino Médio	13.377.116,06
Com Educação Básica	152.834.917,31
Outras	63.883.755,11
6. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
7. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (4+5-6)	1.199.922.966,72
8. MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ((4-6)/2)	81,20%
Fonte: RREO/DEZ 2013	

De acordo com o quadro supra, a Receita Total do FUNDEB foi de R\$ 1.193.287.884,83, enquanto os gastos com pagamento dos profissionais do magistério, com recursos do Fundo, foram de R\$ 968.911.109,94. Comparando-se esses valores, encontra-se o percentual de 81,20% de comprometimento dos recursos do FUNDEB com Despesas de Pessoal, superando em 21,20% o percentual mínimo exigido na Lei.

4.4. Das Despesas com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 19, limita a despesa total com pessoal do Estado em 60% da Receita Corrente Líquida, e, no art. 20, faz a repartição desse limite global com os Poderes Executivo (48,6%), Judiciário (6%) e Legislativo (3,4%), incluídos nesse os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, além do Ministério Público (2%).

A análise comparativa dessas despesas, em relação ao exercício de 2013, foi feita sempre considerando o percentual sobre a Receita Corrente Líquida.

O quadro seguinte expõe os gastos com pessoal para os Poderes do Estado e o Ministério Público, nos exercícios de 2013 e 2012, e os percentuais desses gastos em relação à RCL.

QUADRO DOS GASTOS COM PESSOAL

(R\$ 1,00)

Poderes	Despesas (R\$)	Percentual s/ RCL		Limite Prudencial ⁽¹⁾	Limite Máximo
	2013	2013	2012		
Executivo	5.824.556.219	43,53%	45,16%	46,17%	48,60%
Legislativo ⁽²⁾	303.213.132	2,27%	2,74%	3,23%	3,40%
Judiciário	666.790.830	4,98%	5,50%	5,70%	6,00%
Min. Público	207.751.974	1,55%	1,96%	1,90%	2,00%
Totais	7.002.312.155	52,33%	55,36%	57,00%	60,00%
RCL	13.379.882.290				

Fonte: SEFAZ e RGF

(1) Limite Prudencial = 95% do Limite Máximo

(2) Inclui Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios

Pela análise do quadro supra, observa-se que, em 2013 e 2012, o gasto total com pessoal do Estado, bem como, individualmente, os gastos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público ficaram abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF.



Comparando-se com o resultado de 2012, tem-se que o percentual de Despesa com Pessoal do Estado apresentou uma redução de 3,03%, com o percentual sobre a RCL passando de 55,36% para 52,33%. Especificamente em relação ao Poder Executivo, ocorreu uma redução do gasto em 1,63%, passando de 45,16%, em 2012, para 43,53%, em 2013. O gráfico a seguir mostra o comportamento dos gastos com pessoal do Poder Executivo no período 2009 a 2013.

QUADRO COM EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL
DO PODER EXECUTIVO DE 2009 A 2013

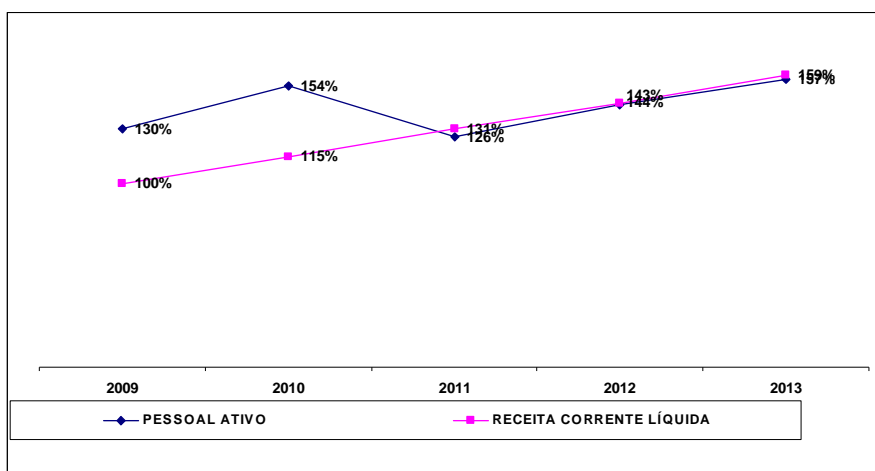
(R\$ 1,00)

	2009	2010	2011	2012	2013
Gastos com Pessoal	3.427.233.739	3.956.276.527	4.949.204.832	5.090.862.447	5.824.556.219
% Gastos com Pessoal	38,18%	40,80%	40,94%	45,16%	42,33%
Limite Fiscal Máximo	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%
Limite Prudencial	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%	46,17%

Fonte: RGF

Tomando como base o ano de 2009, verificou-se que a Despesa com Pessoal Ativo do Poder Executivo tem crescido numa proporção um pouco menor que a Receita Corrente Líquida, conforme gráfico e quadro apresentados a seguir.

GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS
DOS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO E DA
RCL



Fonte: SEFAZ/RREO



QUADRO DA EVOLUÇÃO DA RCL DE 2009 A 2013

ITEM	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Corrente Líquida RCL	8.400.940.157	9.664.272.961	10.966.435.337	12.130.620.626	13.379.882.290
Varição Acumulada	100%	115%	131%	201%	159%

Comparando a evolução dos gastos com pessoal terceirizado em relação aos gastos com pessoal ativo, nos últimos 4 anos, verifica-se um incremento maior nos gastos com terceirização, impactado fortemente pelos gastos no último exercício de 2013, conforme quadro e gráfico a seguir

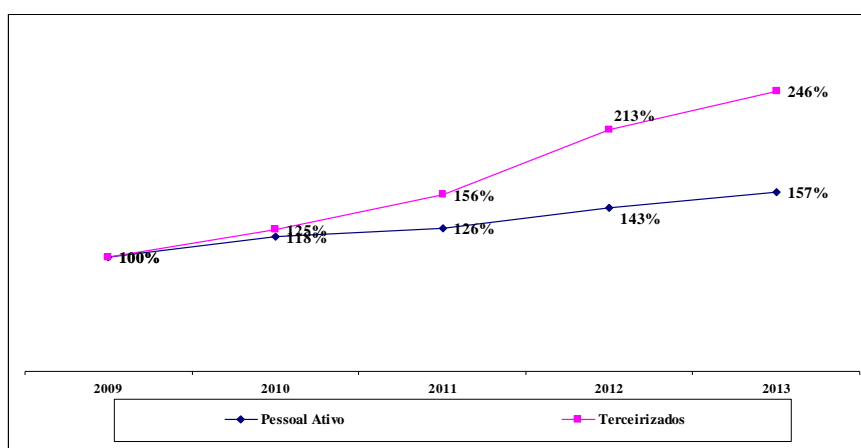
QUADRO COM A EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM TERCEIRIZADOS

R\$ 1,00

Gastos com Terceirizados - Poder Executivo	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal Ativo	3.071.164.881	3.618.474.752	3.866.422.022	4.400.243.319	4.831.685.422
Terceirizados	84.231.505	105.072.913	130.993.590	179.237.375	258.839.766
%Gastos com Terceirizados / Gastos com Pessoal Ativo	2,74%	2,90%	3,39%	4,07%	5,36%

Fonte: SEFAZ

GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS ANUAIS
DOS GASTOS COM TERCEIRIZAÇÃO



Fonte: SEFAZ



4.5. Da Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Operações de Crédito

No que concerne aos limites para a Dívida Consolidada Líquida - DCL, as Operações de Crédito contratadas e as Garantias Concedidas em relação à Receita Corrente Líquida, as Resoluções nºs 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal determinam a observância dos seguintes limites para Estados e Municípios:

- a. Dívida Consolidada Líquida não pode exceder a duas vezes a RCL (Resolução n.º 40/2001, art. 3.º, inciso I);**
- b. O montante global das Operações de Crédito, realizadas em um exercício financeiro, não pode ser superior a 16% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 7.º, inciso I);**
- c. O saldo global das Garantias Concedidas não pode exceder a 22% da RCL (Resolução n.º 43/2001, art. 9.º).**

O quadro a seguir apresenta os valores alcançados pelo Estado, em relação a esses limites legais, além das variações no Ativo Disponível e Dívida Consolidada Bruta, nos exercícios de 2012 e 2013:

QUADRO COMPARATIVO DOS VALORES ALCANÇADOS PELO
ESTADO EM RELAÇÃO AS LIMITAÇÕES LEGAIS

(R\$ 1,00)

ITEM	VALOR		VARIAÇÃO 2012/2013	% S/RCL		(%) LIMITE MÁXIMO
	2012	2013		2012	2013	
Disponível	2.618.935.551	3.039.952.320	16,08%	21,59%	22,72%	-
Dívida Consolidada	5.745.082.357	6.980.854.715	21,51%	47,36%	52,17%	-
Dívida Consolidada Líquida	3.360.363.106	3.940.902.396	17,28%	27,70%	29,45%	200%
Operações de Crédito	811.527.194	1.190.525.229	46,70%	6,69%	8,90%	16%
Garantias Concedidas	850.047.773	851.191.449	0,13%	7,01%	6,36%	22%

Fonte: SEFAZ e BGE/2013

(1) Receita Corrente Líquida 2013 = R\$ 13.379.882.290

(2) Receita Corrente Líquida 2012 = R\$ 12.130.620.626

Examinando o quadro acima, observa-se que os percentuais obtidos pelo Estado para a Dívida Consolidada Líquida, Operações de Crédito e Garantias Concedidas, em relação à RCL, obedecem aos limites fixados nas Resoluções nºs 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.



O valor total da Dívida Consolidada Líquida, em 2013, R\$ 3.940.902.396, foi maior que o valor em 2012, R\$ 3.360.363.106, perfazendo um aumento de 17,28%. E as operações de crédito também tiveram um incremento de 46,70%, passando de R\$ 811.527.194 em 2012 para R\$ 1.190.525.229 em 2013.

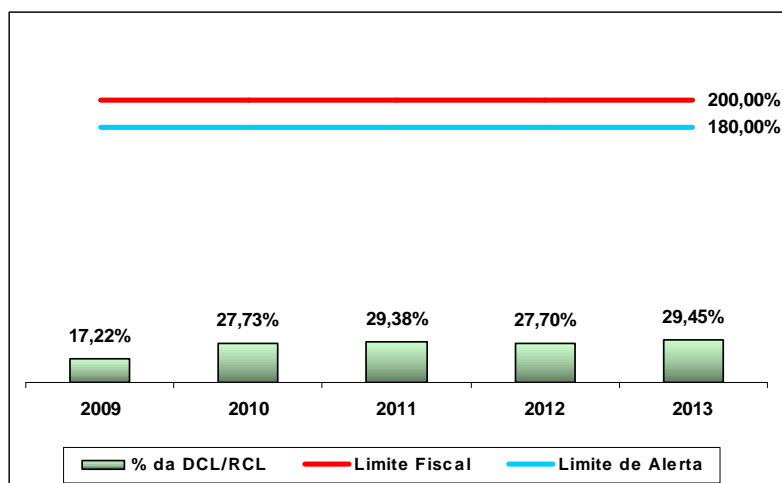
Pode-se também perceber que houve um aumento no percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL, subindo de 27,70% em 2012, para 29,45% em 2013. Mesmo com esse crescimento, ainda está distante do limite fiscal de 200%, como se pode verificar no quadro e gráfico a seguir.

**QUADRO COM A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
LÍQUIDA DE 2009 A 2013**

	(R\$ 1,00)				
Dívida Cons. Líquida - DCL	2009	2010	2011	2012	2013
DCL	1.446.623.253	2.680.112.222	3.221.715.419	3.360.363.106	3.940.736.442
% da DCL/RCL	23,55%	17,62%	27,73%	25,12%	29,45%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%
Limite de Alerta	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%	180,00%

Fonte: RREO/2013

**GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
LÍQUIDA DE 2009 A 2013**



Fonte: RREO DEZ/2013

As Garantias e Contragarantias, nos últimos quatro anos, obedeceram ao limite de 22% da RCL, conforme demonstrado a seguir.

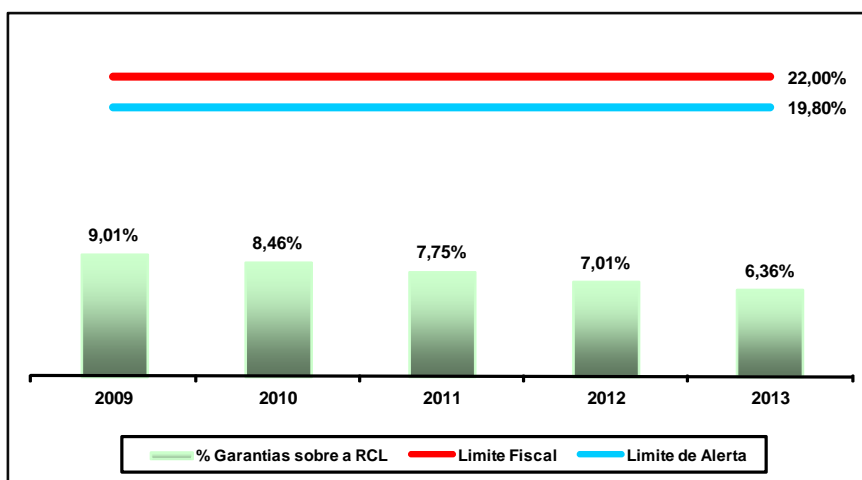


**QUADRO DA EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS E
CONTRAGARANTIAS**

	R\$ 1,00				
Garantias e Contragarantias	2009	2010	2011	2012	2013
Total das Garantias e Contragarantias	756.537.621	817.186.226	849.512.623	850.047.773	851.191.449
% Garantias sobre a RCL	9,01%	8,46%	7,75%	7,01%	6,36%
Limite Fiscal	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%	22,00%
Limite de Alerta	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%	19,80%

Fonte: RREO/2013

**GRÁFICO COM A EVOLUÇÃO DOS PERCENTUAIS DAS
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS**



Fonte: RREO DEZ/2013

O volume anual das operações de crédito, nos últimos quatro anos, também tem-se comportado bem abaixo do limite máximo de 16%, estabelecido pela LRF, conforme demonstrativos a seguir:

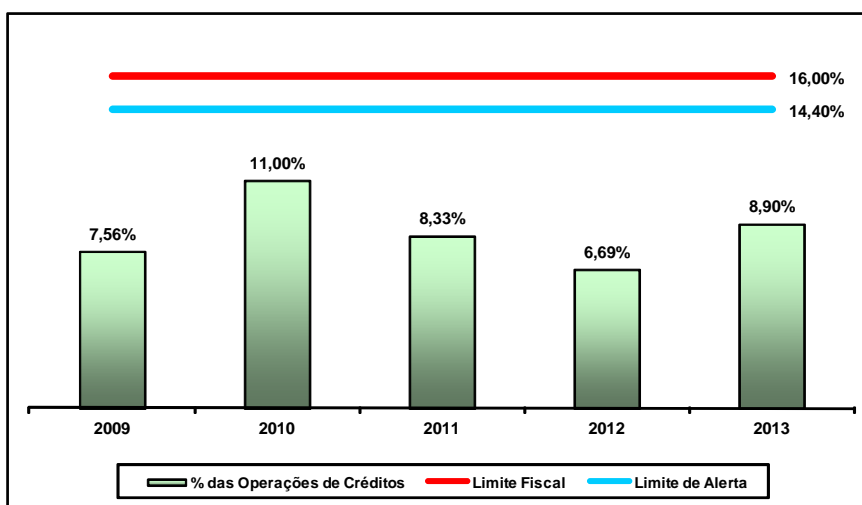


QUADRO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE
2009 A 2013

	R\$ 1,00				
Operações de Créditos	2009	2010	2011	2012	2013
Total das Operações de Créditos Internas e Externas	635.135.247	1.063.158.347	913.072.697	811.527.194	1.190.525.229
% das Operações de Créditos	1,72%	7,56%	11,00%	6,07%	8,90%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite de Alerta	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%	14,40%

Fonte: RREO/2013

GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE
2009 A 2013



4.6. Das Receitas de Operações de Crédito em Relação às Despesas de Capital

O Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal, veda à realização de Operações de Créditos que excedam o montante das Despesas de Capital, ressalvadas, as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.



Ao impedir que o montante das Operações de Crédito em um exercício financeiro exceda o montante das Despesas de Capital, evita-se que sejam realizados empréstimos para financiar despesas correntes como pagamento de funcionários, despesas administrativas e, principalmente, juros. Conseqüentemente, para que não sejam realizadas Operações de Crédito para pagar juros, é preciso gerar resultado primário capaz de pagar o montante de juros da dívida a cada período. É precisamente por essa razão que a regra é conhecida na literatura internacional como “regra de ouro”, pois esta é uma boa maneira de controlar o endividamento.

No exercício de 2013, a Receita de Operações de Crédito realizadas foram de R\$ 1.190.525.229, enquanto a Despesa de Capital líquida foi no montante de R\$ 2.656.788.435.

Conforme Instruções da Portaria n.º 577/2008 da STN, para a apuração do cumprimento da regra em comento, deve-se deduzir das Despesas de Capital, aquelas relativas a incentivos fiscais a contribuintes concedidos mediante empréstimos. No ano de 2013, esse valor correspondeu a R\$ 74.629.342, de acordo com respectivo demonstrativo apresentado no anexo XI do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Dessa forma, o valor líquido das Despesas de Capital, a ser comparado com as Operações de Crédito, foi de R\$ 1.825.243.796, atendendo à regra de ouro, conforme quadro a seguir.

QUADRO DO DEMONSTRATIVO DA REGRA DE OURO

	(R\$ 1,00)
RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS
I. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.190.525.229
DESPESAS	DESPESAS EXECUTADAS
II. DESPESAS DE CAPITAL	3.015.769.024
LIQUIDADAS	2.656.788.435
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	358.980.589
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	(1.825.243.795)
Fonte: RREO/DEZ 2013	

4.7. Da Receita de Alienação de Bens e Aplicação dos Recursos

O art. 44 da LRF veda a aplicação da Receita de Capital derivada da Alienação de Bens e Direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de Despesa Corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O art. 53, § 1.º, inciso III, da LRF, orienta que o RREO, referente ao último bimestre do exercício, será acompanhado do demonstrativo da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

O demonstrativo publicado para atendimento do dispositivo legal acima mostra que, no exercício de 2013, foram realizadas receitas provenientes de alienação de bens no valor de R\$ 1.744.102 e que não houve aplicação do valor.

Desta forma, o saldo restante para aplicação em Despesas de Capital ou no Regime de Previdência, acumulado com o saldo dos exercícios anteriores, está apresentado no quadro a seguir:

**QUADRO DO DEMONSTRATIVO DO SALDO PROVENIENTE
DAS RECEITAS COM ALIENAÇÃO DE BENS**

			(R\$ 1,00)
Descrição	Exercício Anterior	Do Exercício	Saldo a Realizar
Receitas a Aplicar de Alienação de Bens	13.416.957	1.744.102	15.161.059
Fonte: RREO Dez/2013			

4.8. Das Disponibilidades de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Bruta é composta, basicamente, por ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Por outro lado, as obrigações financeiras representam os compromissos assumidos com os fornecedores e prestadores de serviço, incluídos os depósitos de diversas origens. Da Disponibilidade Bruta, são deduzidos os recursos de terceiros, como depósitos e consignações, os Restos a Pagar Processados, e os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores, dentre outros. Vale ressaltar, que não são deduzidas somente despesas do ponto de vista contábil, mas sim obrigações fiscais. Dessa forma, os Restos a Pagar Não-processados de exercícios anteriores são também deduzidos.

De acordo com o Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa, integrante do Relatório de Gestão Fiscal de 2013, incluídos os valores pertinentes ao regime próprio de previdência, o Estado apresentou, ao final do exercício, disponibilidades na importância de R\$ 3.241.149.034,83.

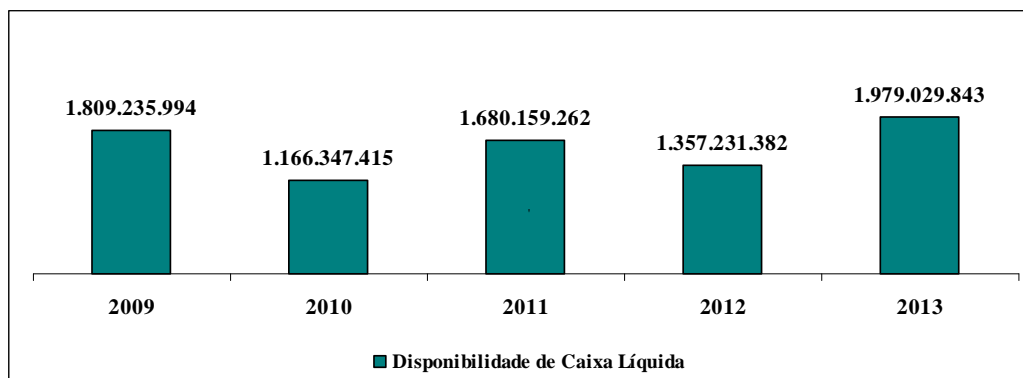
No campo das obrigações financeiras, utilizando os dados apresentados no Relatório de Gestão Fiscal, foi apurado o valor de R\$ 1.262.119,53.

A disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada. Na inscrição, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso. Em 2013, da importância de R\$ 3.241.149.034,83, constam como recursos vinculados o montante de R\$ 1.508.644.715,50, tendo como exemplo desses recursos as transferências do FUNDEB, do SUS, de convênios, repasse fundo a fundo – FNAS, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2013, auferiu-se o saldo das Disponibilidades Líquidas, que correspondem a R\$ 1.979.029.843,30, obtido a partir do valor total de R\$ 3.241.149.034,83 das Disponibilidades, deduzidas as Obrigações Financeiras no montante de R\$ 1.262.119.191,53.

De acordo com o Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, que faz parte do Anexo V dos Relatórios de Gestão Fiscal, o gráfico a seguir demonstra o saldo da Disponibilidade de Caixa Líquida ao final de cada um dos exercícios de 2009 a 2013.

**GRÁFICO DO SALDO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
LÍQUIDA NO FINAL DE CADA EXERCÍCIO**



Fonte: RREO DEZ/2013

4.9. Dos Resultados Nominal e Primário

4.9.1. Do Resultado Primário

O Resultado Primário apurado no ano indica se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com a arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias, gerando saldo para pagar as despesas com juros, a fim de evitar o aumento da dívida.

O quadro abaixo demonstra os valores estabelecidos para o Resultado Primário desde a previsão na LDO até a execução no final do exercício.



QUADRO COM A PREVISÃO E EXECUÇÃO DO RESULTADO
PRIMÁRIO

			(Em R\$ 1.000,00)
Descrição	LDO 2013	LOA 2013	Execução 2013
Receita Primária	18.114.587,00	17.156.854,00	17.417.521,85
Despesa Primária	17.801.128,00	16.843.395,00	16.671.350,12
Resultado Primário	313.459,00	313.459,00	746.171,73
Fonte: LDO/LOA/RREO			

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2013 (Lei nº. 15.203, de 19 de julho de 2012) estabeleceu como meta de Resultado Primário o valor de R\$ 313,459 milhões. A Lei Orçamentária Anual para 2013 (Lei nº 15.268, de 28 de dezembro de 2012) no seu Demonstrativo dos Ajustes nas Metas Fiscais da LDO 2013 manteve a meta de Resultado Primário no valor de R\$ 313,459 milhões, estando tal situação em consonância com a diretriz nacional de manutenção das metas de Resultado Primário e Nominal definidas na LDO.

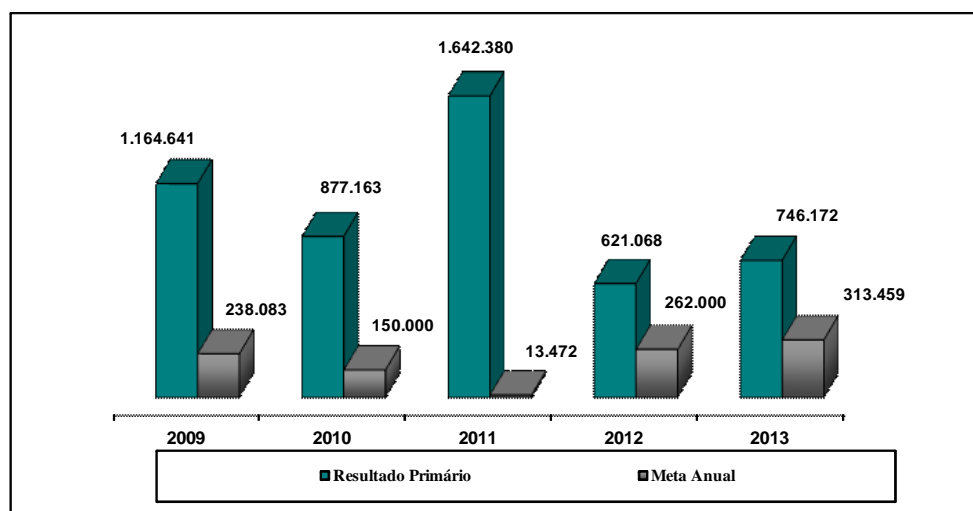
De acordo com o Demonstrativo do Resultado Primário que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2013, o Resultado Primário do exercício de 2013 foi de 746,17 milhões, superando sobremaneira a meta inicialmente prevista. Contribuiu para esse resultado o fato das receitas primárias terem obtido um percentual de realização em relação à previsão inicial maior do que o nível de execução alcançado pelas despesas primárias.

O gráfico a seguir apresenta o comportamento de Resultado Primário do período de 2009 a 2013. Da análise deste, constata-se que neste período o Estado vem mantendo um histórico favorável no cumprimento das metas estipuladas.

QUADRO DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO
PERÍODO DE 2009 A 2013

					(Em R\$ 1.000,00)
RESULTADO PRIMÁRIO					
Resultado Primário	2009	2010	2011	2012	2013
Resultado Primário do Exercício	1.164.641	877.163	1.642.380	621.068	746.172
Meta de Resultado Primário prevista no Anexo de Metas Fiscais da LDO	238.083	150.000	13.472	262.000	313.459
Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2009 a 2013 e RREO					

GRÁFICO COMPARATIVO ANO A ANO DO RESULTADO
PRIMÁRIO COM A META ANUAL



Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2009 a 2013 e RREO

Um superávit fiscal evidencia o bom desempenho das receitas, permitindo a cobertura integral de toda a despesa, além de gerar excedente para o pagamento dos juros e parte do principal da dívida pública, indicando auto-suficiência de recursos públicos para a cobertura do serviço da dívida.

4.9.2. Do Resultado Nominal (Variação do Estoque da Dívida)

A apuração do Resultado Nominal, calculado conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional tem por finalidade medir a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) no exercício.

O Anexo de Metas Fiscais da LDO 2013 estabeleceu, como meta para Resultado Nominal, o valor de R\$ 1.082,354 milhões. Esse valor representa previsão de redução no estoque da Dívida Consolidada Líquida do Estado. A Lei Orçamentária Anual para 2013 apresenta o mesmo valor previsto na LDO.

QUADRO COMPARATIVO DO RESULTADO NOMINAL

(R\$ 1,00)

Ano	Div. Cons. Líquida	Div. Consolidada
2012	3.360.363.106	5.745.082.357
2013	3.940.902.396	6.980.854.715
Resultado Nominal (Variação Anual)	580.539.290	1.235.772.358

Fonte: LDO 2013 e RREO – 2013

De acordo com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, referente ao período Janeiro a Dezembro de 2013, o Resultado Nominal no ano de 2013 demonstrou um aumento no endividamento do Estado, no valor de 580,539 milhões.

O crescimento da Dívida Consolidada Líquida, em 2013, foi proporcionado principalmente pelo incremento da Dívida Contratual junto a Instituições Financeiras (Interna e Externa) passou do valor de R\$ 4.132.933.988 em 2012 para R\$ 5.117.706.989, ou seja, um incremento de 23,83%, devido às novas operações de crédito já citadas anteriormente.

O gráfico e o quadro a seguir demonstram o comportamento do Resultado Nominal ao longo dos últimos quatro exercícios, em que se observa a variação negativa da Dívida Fiscal Líquida até 2009 e elevação desta a partir de 2010.

**QUADRO DA EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL DO
PERÍODO DE 2009 A 2013**

(Em R\$ 1.000,00)

Resultado Nominal	2009	2010	2011	2012	2013
Estoque da DCL	1.446.623	2.680.112	3.221.715	3.360.363	3.940.902
Resultado Nominal do Exercício - Variação da Dívida	-410.415	1.233.489	541.603	138.648	580.539

Fonte: RREO

4.10. Dos Investimentos Destinados ao Interior do Estado

O art. 210 da Constituição Estadual estabelece que “A Lei de Orçamento do Estado observará, para investimento do setor público estadual do Interior, dotação nunca inferior a cinquenta por cento do valor global consignado para esse fim”.

O parágrafo único do mesmo artigo define que “excluem-se da classificação de Municípios do Interior, para fins do caput deste artigo, os Municípios integrantes da Região Metropolitana de Fortaleza.”

A distribuição dos investimentos do Estado, no exercício de 2013, teve o comportamento evidenciado na tabela a seguir.



TABELA COM INVESTIMENTOS POR MACROREGIÃO

(R\$ 1,00)

MACROREGIÃO	VR. AUTORIZADO 2013	VR. EMPENHADO 2013	% NO TOTAL EXECUTADO 2013	% NO TOTAL EXECUTADO 2012
Litoral Oeste	234.053.160	104.608.616	4,67%	7,24%
Sobral / Ibiapina	385.452.467	125.584.707	5,61%	13,10%
Sertão de Inhamus	146.240.907	61.987.564	2,77%	3,56%
Sertão Central	294.215.265	108.698.542	4,85%	5,45%
Baturité	89.852.718	41.951.874	1,87%	1,54%
Litoral Leste / Jaguaribe	274.147.199	82.347.526	3,68%	3,66%
Cariri / Centro Sul	742.940.024	208.881.274	9,33%	11,52%
Subtotal - Interior	2.166.901.740	734.060.102	32,78%	46,07%
Estado do Ceará	631.384.471	44.141.025	1,97%	8,64%
Região Metropolitana	3.132.810.296	1.460.920.932	65,25%	45,29%
Total	5.931.096.507	2.239.122.060	100,00%	100,00%

Fonte: SIOF/SEPLAG

Pela análise do quadro é possível identificar que 32,78% do valor autorizado foi destinado ao interior do Estado, percentual que, a princípio, não atende ao dispositivo constitucional.

É importante ressaltar que nos percentuais apresentados estão segregadas as despesas alocadas na Região 22 – Estado do Ceará, que representa 1,97% do total empenhado, para as quais não foi possível aferir se a região beneficiária pertence ao interior do Estado. Mesmo somando-se integralmente o valor dessa macrorregião ao volume aplicado no interior, o percentual mínimo estabelecido na constituição não é atingido, pois o percentual de aplicação na região metropolitana contemplou 65,25% do total investido pelo Estado em 2013.

Oportuno destacar que, em 2013, os investimentos realizados no montante de R\$ 2.239.122.060, foram superiores ao ano de 2012, que apresentaram uma importância de R\$ 2.070.703.200, mostrando um incremento de 10,74% de seu valor. Contudo a participação na execução orçamentária do interior foi de 32,78% do total dos recursos, patamar inferior ao de 2012, que foi de 46,07%. As regiões que sofreram maiores impactos na redução dos investimentos foram Sobral/Ibiapina, que passou de 13,10% em 2012 para 5,61% em 2013 e Cariri/Centro Sul que passou de 11,52% em 2012 para 9,33% em 2013.



A Região Metropolitana de Fortaleza onde foram investidos o montante de R\$ 1.460.920.932, podemos destacar o valor de R\$ 625.726,645,89, aplicados no programa de Transporte e Logística do Estado e o valor de R\$ 179.814.448,17 no programa de Promoção e Realização da Copa 2014 e restante dos recursos foram investidos em diversos programas.

CONCLUSÃO

Em cumprimento às disposições legais, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará - CGE produziu o Relatório sobre as Contas Anuais do Governo referentes ao exercício financeiro de 2013.

As análises e considerações aqui apresentadas foram norteadas pelos mandamentos constitucionais e pelas orientações contidas na Lei Complementar n.º 101/00, na Lei n.º 4.320/64 e nos demais normativos legais sobre a matéria. Considera-se importante frisar, ainda, que as referidas análises tomaram como parâmetro informações consolidadas do Balanço Geral do Estado. O exame pormenorizado dos atos individuais dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos públicos será realizado por ocasião de auditorias das contas anuais de gestão.

Por fim, espera-se que o presente Relatório constitua-se num instrumento de efetiva contribuição para o fortalecimento da transparência na gestão dos recursos públicos, numa visão de *accountability*.

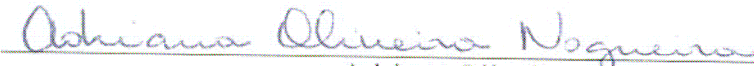
Coordenadoria do Controle Interno Preventivo da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

Fortaleza, 03 de abril de 2014.



Maria Ivanilza Fernandes de Castro

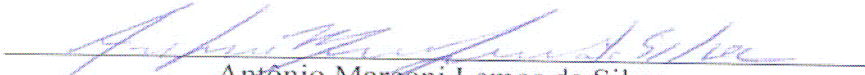
Auditora do Controle Interno



Adriana Oliveira Nogueira


Orientadora da Célula de Acompanhamento da Gestão

De acordo:




Antônio Marconi Lemos da Silva
Coordenador de Controle Interno Preventivo

De acordo:



Sílvia Helena Correia Vidal
Secretária Adjunta da Controladoria e Ouvidoria Geral

De acordo:



João Alves de Melo
Secretário de Estado Chefe de Controladoria e Ouvidoria Geral